Publicação do CESOP

# OPINIÃO PÚBLICA

Março/93 V. 1 N°0

ISSN 0104-6276

CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

# Universidade Estadual de Campinas

## UNICAMP


| | |
|---|---|
| Reitor: | Carlos Vogt |
| Coordenador Geral da Universidade: | José Martins Filho |
| Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário: | Carlos Eduardo Nascimento Gonçalves |
| Pró-Reitor de Pesquisa: | Armando Turtelli Júnior |
| Pró-Reitor de Graduação: | Adalberto Bono Mauricio Sacchi Bassi |
| Pró-Reitor de Pós-Graduação: | José Dias Sobrinho |
| Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: | Cesar Francisco Ciacco |

## Centro de Estudos de Opinião Pública

## CESOP

### Conselho Orientador

**Presidente:** Bolivar Lamounier
**Vice-Presidente:** Plinio Dentzien
**Conselheiros:** Antonio Flávio Pierucci, Carlos Eduardo Meirelles Matheus, Gustavo Venturi, José Álvaro Moisés, José Ferreira Carvalho, Márcia Cavallari Nunes, Marcus Figueiredo, Ney Lima Figueiredo, Örjan Olsén, Rachel Meneguello, Salvador Sandoval, Vilmar Faria.

### Coordenadoria

Rachel Meneguello

### Comitê Técnico-Científico

José Ferreira Carvalho, Plinio Dentzien, Vilmar Faria.

### Opinião Pública

**Conselho Editorial:** Amaury de Souza, Antonio Lavareda, Carlos Vogt, Fabio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

**Editor:** Rachel Meneguello
**Copydesk e arte:** Kazumi Munakata
**Capa e logotipo:** Fernando Cantuaria
**Serviços editoriais auxiliares:** Paula Vanina Cencig
**Impressão e acabamento:** Gráfica Central da UNICAMP.



**Centro de Estudos de Opinião Pública**
Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6110
Campinas – São Paulo
13081-970
Tel: (55-192) 39-7093
Fax: (55-192) 39-3327
Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR
Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET



**Opinião Pública** é uma publicação do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade Estadual de Campinas.


Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.



**Março de 1993.**

# Sumário


| | |
|---|---|
| Apresentação | 5 |
| Espaço de pesquisa | 6 |
| Mudança de regime político | 10 |
| A elite influencia as massas? | 13 |
| Tendências | 19 |
| Desigualdade educacional e plebiscito | 44 |
| Ou muito pelo contrário? | 50 |
| Metodologia e escolha popular | 55 |
| Informação e esfera política | 58 |

*Opinião Pública*

# Apresentação

Dando início à publicação da **Opinião Pública**, pretende o **CESOP** preencher lacuna sentida há muitos anos pelos pesquisadores e usuários de pesquisas opinião pública no Brasil. De fato, **Opinião Pública** será a expressão mais palpável e operacional dos objetivos do **CESOP**: promover o intercâmbio entre pesquisadores acadêmicos, institutos comerciais e centros privados de pesquisa, facilitar o acesso do público às pesquisas de opinião, reunir e comparar resultados, velar pelo aprimoramento metodológico e, naturalmente, estimular o desenvolvimento dessa área de estudos, dentro e fora da universidade.

Conquanto as pesquisas de opinião já tenham meio século de história em nosso país, não há dúvida de que o processo de redemocratização iniciado em meados dos anos 70 lhes deu enorme impulso. A partir daí elas se transformaram em verdadeiro termômetro, indicando a evolução dos sentimentos e preferências do público a respeito de um amplo leque de assuntos. Da política econômica ao potencial eleitoral dos diferentes partidos e candidatos, da confiança nas instituições ao próprio valor do regime democrático — tudo isso passou a ser perguntado com razoável regularidade a amostras da população brasileira. Quem examinar o acervo acumulado por institutos comerciais, departamentos universitários e centros privados de pesquisa ao longo desse meio século, verá que as pesquisas de opinião pública constituem hoje uma fonte indispensável para o conhecimento da realidade brasileira. Ao contrário do velho preconceito de que tais pesquisas apenas arranhariam a superfície dos fatos, com objetivos de manipulação, o que se vê, cada vez mais, é que elas contribuem efetivamente para o autoconhecimento da sociedade e para o aprimoramento da prática democrática. Por meio delas o cidadão se expressa sobre a agenda corrente da sociedade, manifesta-se sobre as políticas governamentais e estabelece parâmetros para a ação das grandes organizações, tanto públicas como privadas. Pode-se afirmar, nesse sentido, que existe um vínculo importante entre a crescente aceitação das pesquisas de opinião e o desenvolvimento da democracia moderna.

Como guardião do acervo acima referido e como interlocutor das principais organizações internacionais que atuam nessa área, o **CESOP** deseja contribuir efetivamente para o desenvolvimento das pesquisas de opinião no Brasil. A presente publicação refletirá o andamento desse esforço, servindo como ponto de convergência para a esperada colaboração dos pesquisadores de todo o país.

**Bolivar Lamounier**
Presidente do Conselho Orientador do CESOP
Pesquisador do IDESP

*CESOP*

# Espaço de pesquisa

O **Centro de Estudos de Opinião Pública** – **CESOP** – é uma iniciativa interdisciplinar desenvolvida na **Universidade Estadual de Campinas** nos campos científico e tecnológico. O caráter inovador do **Centro** define-se pela sua inserção singular no sistema universitário brasileiro, como ação institucionalizada na área de opinião pública, atendendo a uma demanda sólida do meio acadêmico e científico para a ampliação e desenvolvimento do conhecimento da sociedade brasileira.

A preocupação com a preservação da memória nacional e com a organização e divulgação do conhecimento potencial da opinião pública brasileira sobre sua dinâmica social e política é o que define as bases desse empreendimento. Professores universitários, pesquisadores e profissionais de empresas na área da pesquisa de opinião, desde meados de 1991, vêm juntando esforços na busca de uma forma combinada de intervenção científica, acadêmica e tecnológica nesse campo.

Os contatos entre os pesquisadores universitários e os dos institutos privados começaram em meados da década de 80, pela participação regular de pesquisadores do **IBOPE**-São Paulo e do **Vox Populi** no Grupo de Trabalho "Partidos, Eleições e Problemas Institucionais" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Esses contatos adquiriram seu caráter institucional quando o **IBOPE** doou ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da **UNICAMP**, seu acervo de pesquisas – Políticas, Mídia e Mercado –, constituído desde sua fundação.

Em 1991, a **UNICAMP** formou convênio com o **Roper Center for Public Opinion Research**, da Universidade de Connecticut (EUA), para estabelecimento de uma rede de intercâmbio de dados de opinião pública em conjunto com vários países da América Latina, dando início a uma etapa definitiva para ampliação das ações de ensino, pesquisa e treinamento nas áreas de metodologia, técnicas de pesquisa em ciências humanas e análise de dados. O **CESOP** foi criado formalmente em setembro de 1992.

Seu caráter plurinstitucional tem por objetivo aglutinar os esforços de pesquisa existentes, distribuídos em diversos centros científicos do sistema universitário brasileiro, além da **UNICAMP**, e em empresas produtoras de dados de opinião pública no país. Esse formato institucional, inovador no âmbito da **UNICAMP**, está traduzido na composição do Conselho Orientador do **CESOP** e procura refletir a necessária inter-relação entre a universidade e a comunidade externa, de forma a viabilizar meios mais imediatos de intervenção na sociedade.

**Objetivos**

São objetivos do **CESOP**, fundamentalmente, o estabelecimento de uma estrutura para captação de dados preexistentes, organização, consulta e pesquisa em opinião e viabilização de ações combinadas de ensino, pesquisa e treinamento de recursos humanos nessa área.

O **CESOP** é também um espaço de pesquisa interdisciplinar, buscando dar suporte a projetos e iniciativas desenvolvidos pelas várias disciplinas nos departamentos e núcleos da Universidade.

**Banco de dados nacionais**

O **CESOP** está constituindo o **Banco de Dados Nacionais de Opinião**, gerado através do armazenamento e organização de *surveys* realizados no Brasil, com respeito a comportamentos, atitudes, demandas, opiniões e motivações de indivíduos e instituições, observados dentro de contextos econômicos, políticos e sociais variados.

O **Banco de Dados** do **CESOP** é composto de dados brutos, questionários e relatórios de pesquisas realizados por empresas privadas de pesquisas de opinião e centros científicos. Colaboram atualmente com a constituição do Banco de Dados as seguintes empresas e centros científicos:

- **IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística**
- **Instituto Gallup de Opinião Pública**
- **Instituto de Pesquisas Datafolha**
- **Instituto de Pesquisas VOX POPULI**
- **CBPA – Companhia Brasileira de Pesquisa e Análise**
- **CEPAC – Centro de Pesquisa, Análise e Comunicação**
- **CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento**
- **CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea**
- **IDESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo**
- **IPESPE – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas**
- **IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**
- **ISER – Instituto de Estudos da Religião**
- **Universidade de São Paulo**
- **Universidade Federal de Minas Gerais**
- **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Além de constituir suporte substantivo para a formação de recursos humanos especializados em pesquisas e estudos de opinião pública, a implantação do **Banco de Dados** possibilitará a maior precisão nos métodos e instrumentos de pesquisa por amostragem, como também no estabelecimento de prioridades de pesquisas de enfoque acadêmico e empresarial.

O **Banco de Dados** do **CESOP** é de acesso público e visa proporcionar aos pesquisadores e profissionais da área a consulta organizada ao conhecimento em opinião pública produzido no país.

**Pesquisa e formação de recursos humanos**

No âmbito da formação dos recursos humanos, o **CESOP** desempenhará papel fundamental no campo acadêmico e na profissionalização para o mercado de trabalho. Além da ampliação do escopo de atividades de extensão para formação de alunos de graduação e pós-graduação e

do suporte a disciplinas curriculares nas áreas de metodologia, técnicas de pesquisa e análise de dados, o **CESOP** possibilita a especialização de docentes e pesquisadores em geral envolvidos com a área de opinião pública através de seminários, discussões e cursos de extensão.

A implantação de um local para a pesquisa nessa área possibilitará o desenvolvimento de estudos teóricos em opinião pública, o aperfeiçoamento de terminologia específica e definições técnicas e a absorção de parâmetros e instrumentais adequados para a interpretação e uso de dados de opinião.

É fundamental ainda destacar o papel desenvolvido pelo **CESOP** no campo tecnológico específico, através da dinâmica interativa entre a **UNICAMP**, centros científicos e empresas privadas, viabilizando a sofisticação das técnicas de pesquisa e de amostragem, da metodologia de elaboração de *surveys* e da análise de dados.

A produção e o desenvolvimento de instrumentais adequados nessa área terão efeito certo nos processos de captação e produção de dados e na análise de aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade brasileira.

**Bancos de dados internacionais**

Através do **CESOP**, a **UNICAMP** é o parceiro institucional no Brasil do **Roper Center for Public Opinion Research**, centro de pesquisas ligado à Universidade de Connecticut, EUA, para o desenvolvimento do *Latin American Survey Data Bank Project*, que visa a constituição de uma rede eletrônica internacional de intercâmbio de dados de opinião pública no continente. Por esse convênio de organização e divulgação de dados, as pesquisas brasileiras são enviadas ao **Roper Center** para incrementar o intercâmbio internacional de dados. Ao mesmo tempo, o **CESOP** viabiliza, para a pesquisa e consulta, o acesso dos pesquisadores e do público em geral ao Banco Informatizado de Dados de Opinião daquele centro, composto de mais de 15.000 pesquisas comerciais, produzidas por empresas norte-americanas e européias, e atualizado mensalmente, com a inserção de, em média, 100 pesquisas.

A **UNICAMP** também constitui através do **CESOP** a representação brasileira no **Inter-University Consortium for Political and Social Research (ICPSR)**, junto à Universidade de Michigan, EUA. Essa representação coordena nacionalmente a participação de alunos do sistema universitário brasileiro e pesquisadores em geral no *Summer Training Program on Quantitative Methods of Social Research,* um programa de atividades especializadas no campo do ensino e treinamento em metodologia e técnicas de análise de dados, desenvolvido anualmente pelo **ICPSR** há 30 anos.

Além disso, o **CESOP** viabiliza aos pesquisadores em geral o acesso ao Arquivo de Dados do **ICPSR**, que recebe continuamente de pesquisadores acadêmicos de mais de 130 países dados e pesquisas sobre fenômenos sociais. Essa coleção compõe-se de *surveys* sobre comportamentos e atitudes, resultados eleitorais, dados censitários e legislativos.

São também acessíveis no **ICPSR** duas coleções específicas de dados: o *National Archive on Criminal Justice Data,* patrocinado pelo Bureau of Justice Statistics, do Departamento da Justiça dos EUA, composto de dados processados sobre crime e o sistema de justiça criminal, e o *National Archive on Computerized Data on Aging,* patrocinado pelo National Institut on Aging e composto de dados sobre atitudes e comportamentos, temas relacionados à saúde e ao processo de envelhecimento e dados demográficos da população idosa.

Os dados de bancos internacionais podem ser consultados através de acesso eletrônico, quando disponíveis no sistema informatizado, ou por requisição feita através do **CESOP**.

**Opinião Pública**

Com a publicação de **Opinião Pública**, o CESOP cria um espaço para divulgação de teses e reflexões sobre teoria, metodologia e análise em opinião pública e busca estimular a discussão desse tema nas várias disciplinas em que a pesquisa aplicada possa ser desenvolvida.

**Opinião Pública** também será um espaço de divulgação de dados de opinião nas mais variadas áreas, produzidos nacional e internacionalmente, com o objetivo de dar acesso ao

público em geral de importantes séries de tendências e comportamentos sobre temas relevantes da atualidade.

Este primeiro número de lançamento é excepcionalmente dedicado ao tema único do plebiscito nacional sobre sistemas e formas de governo. Neste número apresentamos uma importante seção informativa – **Tendências** – sobre dados de tendências e preferências do eleitorado brasileiro, além de artigos produzidos por cientistas políticos e profissionais da área de opinião pública, que buscam contribuir para o entendimento desse processo político no país.

**A Coordenadoria do CESOP**

*Plebiscito no mundo*

# Mudança de regime político

**Marcus Figueiredo***

Os compêndios de história política das nações registram com ricos detalhes os processos sociais que produziram os regimes políticos, as formas e os sistemas de governo atualmente existentes. Destacam e distinguem os atores, suas idéias, as mobilizações populares, os embates parlamentares e os conflitos, inclusive as guerras. Entretanto, pouco se tem notícia das consultas populares realizadas, nas formas de plebiscito ou referendo, e de suas conseqüências.

Essas experiências de participação popular são a expressão do que veio a ser chamado de democracia direta. A democracia direta, ou "plebiscitária", em oposição à democracia representativa, é o exercício integral do preceito rousseauniano que diz "ninguém representa melhor um cidadão do que ele próprio".

A construção da democracia representativa sustentou-se em dois argumentos poderosos. Um deles advogava a crescente complexidade da vida social e política impedindo com isso que os cidadãos tivessem condições de conhecer todos os assuntos com a profundidade necessária para tomar decisões racionais. O outro, na mesma linha da razão prática, advogava que o crescimento populacional e a velocidade do surgimento de novos problemas coletivos tornavam impraticáveis a realização de consultas plebiscitárias constantemente. Subsidiariamente, argumenta-se também a favor da representação política formal que "nem todos os problemas públicos dizem respeito necessariamente a todos os cidadãos".

Sem negar a importância real e teórica desses argumentos a favor da democracia representativa, o fato é que a história dos plebiscitos e referendos mostra-nos que após a revolução francesa e americana, e principalmente nos dois últimos séculos, a prática do plebiscito cresceu sistematicamente, em quantidade, assunto e propósito político.[1]

### Em outros países

O curioso nesta história é que apesar de estarem entre os primeiros países a praticarem a democracia eleitoral popular, os Estados Unidos e a Holanda são os únicos que nunca realizaram um plebiscito de caráter nacional. A Suíça, ao contrário, é disparado

* Professor de Ciência Política do IUPERJ.

o país do referendo: desde 1802 quando estabelece a República Helvética com base em um plebiscito, a história eleitoral Suíça registra 217 plebiscitos de 1866 a 1978, ou seja dois plebiscitos em média por ano cobrindo praticamente todos os assuntos!

Depois da Suíça vem a Austrália com 39, a França com 20, a Dinamarca com 14, o Egito com 11, o Uruguai e as Filipinas com 8, a Alemanha e a Irlanda com 7, a Itália com 6, a Noruega com 5 e 66 outros países com pelo menos um plebiscito nos últimos 150 anos. A esta lista, Butler e Ranney[2] acrescentam ainda o registro de 127 outros plebiscitos regionais sobre a anexação ou desmembramento de territórios, sendo os mais notáveis a série de plebiscitos entre 1791 e 1860 em províncias, como Nice, decidindo pela sua anexação à França.

Dos plebiscitos registrados por Butler e Ranney, excluindo-se os 217 da Suíça e os 127 sobre os territórios, temos 222 plebiscitos nacionais com os seguintes propósitos:

| | |
|---|---|
| Mudança de regime/ aprovação da nova Constituição | 54% |
| Emendas constitucionais | 29% |
| Aprovação de leis e políticas | 18% |

Quanto à mudança de regime, temos a Noruega, que em 1905 desmembrou-se da Suécia e instituiu a Monarquia parlamentarista, e a Grécia, que restituiu a Monarquia em 1935, depois de tê-la abolido no plebiscito de 1924, e que retornaria à República parlamentarista com o plebiscito de 1973. Além desses dois casos, acrescentam-se ainda nove outros países que, após a Segunda Guerra, aboliram a Monarquia instituindo a República, como a Itália, em 1946, e a África do Sul, em 1960.

Excluindo-se os casos de aprovação de novas constituições que, após períodos autoritários, (re)instituíram regimes democráticos – parlamentaristas ou presidencialistas, quer Monarquia (Espanha) ou República (Portugal) –, temos dois casos de plebiscito sobre sistema de governo: na Estônia, em 1933, e no Brasil, em 1963, quando se decidiu pelo retorno ao presidencialismo.

Finalmente, a história dos plebiscitos registra alguns casos de consultas populares para a obtenção de aprovação de constituições autoritárias e/ou aprovação de um líder supremo ou de um partido dirigente.

O primeiro exemplo foi na França de 1800 com Napoleão Bonaparte, que realizou três plebiscitos para confirmar seu poder, ganhando o título de Cônsul Vitalício, em 1802, e de Imperador, em 1804. Posteriormente, seguindo os passos de seu tio, Luiz Napoleão convocou um plebiscito em 1851 para legalizar o seu golpe de Estado e outro, em 1852, para restaurar o Império.

Neste século, o plebiscito tem sido usado também para legitimar líderes e regimes autoritários – como ocorreu na Alemanha ao fim da República de Weimer, quando os alemães concederam plenos poderes a Hitler e seu partido, o mesmo acontecendo na Itália de Mussolini. Depois da Segunda Guerra, os casos mais típicos de regimes autoritários sustentados por plebiscitos são os do Egito e Síria (até hoje), Filipinas (de Ferdinando Marcos), Chile (de Pinochet) e Haiti.

Mais recentemente, muitos dos novos países africanos realizaram plebiscitos para aprovarem seus regimes de partido único ou de presidentes vitalícios.[3]

Apesar de alguns exemplos de uso não nobre do plebiscito, o fato é que os países contemporâneos têm usado cada vez mais esse recurso como forma de decisão política, notadamente sobre assuntos institucionais (unificação da Europa) e morais (como a pena de morte, o aborto e o uso de bebidas e drogas).

Com isso vemos que a partir de um certo grau de importância política do tema o corpo de representantes sente-se incompetente ou ilegítimo para decidir por seus representados. Em alguns casos, como na Bélgica, há normas constitucionais que ditam que os assuntos sobre o território e emendas constitucionais, quando decididos pelo Parlamento, têm necessariamente que ser submetidos ao referendo da população para que possam ter validade.

Não há indícios de que as democracias contemporâneas caminhem para a democracia plebiscitária do tipo suíço. No entanto, o moderno sistema de comunicação de massa e o uso intensivo das pesquisas de opinião têm posto os governos e os representantes parlamentares em cheque permanentemente, e ambos têm usado a pesquisa de opinião como um "substituto" da consulta popular.

### Brasil: 1963 e 1993

O Brasil está entre os países que menos realizam plebiscitos nacionais: tivemos até hoje apenas o plebiscito de janeiro de 1963 sobre a mudança para o sistema parlamentarista ocorrida em 1961. Ao lado desse, passamos a ter vários plebiscitos regionais sobre a emancipação de distritos ou bairros em municípios, cujos dados estão dispersos nos Tribunais Eleitorais Regionais – razão pela qual não foi possível avaliar ainda essa prática no Brasil.

A respeito do plebiscito de 1963, muito já se falou sobre o propósito político de sua convocação e das suas conseqüências no desfecho da crise de 1964.[4]

Apenas para recordar, temos claro que a estrondosa vitória do presidencialismo (82%) naquela ocasião já era tranqüilamente esperada, pois *todos* os partidos e líderes políticos da época queriam o fim da experiência parlamentarista com claros propósitos de disputarem a eleição presidencial de 1965 que, afinal, não houve.

No plebiscito de 1963, o nível de participação popular foi abaixo da média nacional para as eleições da época: 33,8% de abstenções, enquanto para as eleições presidencial (1960) e parlamentar (1962), imediatamente anteriores, elas tinham sido, respectivamente, de 19% e 20%.

Em relação ao plebiscito de abril, tudo leva a crer que a disputa será muito maior do que a que ocorreu em 1963, pois, diferentemente daquela ocasião, hoje os partidos e as lideranças políticas estão divididos entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Os prognósticos sobre o resultado e sobre o nível de participação do eleitorado podem ser avaliados desde já pelas pesquisas de opinião e intenção de voto apresentadas neste número de **Opinião Pública**.

**Notas**

1. Cf. Butler, David e Ranney, Austin. *Referendums*. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy, 1978.
2. Cf. idem, ibid.
3. Cf. Delury, George E. (org.). *World Encyclopedia of Political Systems & Parties*. New York: Facts On File Publications, 1987.
4. Cf. Lavareda, Antonio. *A Democracia das Urnas*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991; Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política, 1961-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; e Figueiredo, Argelina Cheibub e Figueiredo, Marcus. *O Plebiscito e os Sistemas de Governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

*Parlamentarismo x presidencialismo*

# A elite influencia as massas?

**Rubens Figueiredo***

Numa das publicações da World Association for Public Opinion Research (WAPOR), há uma passagem interessante. Conta-se que um pesquisador resolveu perguntar a uma determinada população o seguinte: "Você acha que são usados adjetivos demais nos programas de rádio?". O resultado: sim, 5%; não, 5%; o que quer dizer adjetivos?, 90%.[1]

Reação semelhante teve, muito provavelmente, um contingente de 60% de eleitores que, em dezembro de 1992, declaravam que não sabiam ou ainda não tinham opinião formada sobre se decidiriam por presidencialismo ou parlamentarismo no plebiscito de abril. Os indivíduos menos instruídos, por exemplo, devem ter perguntado ao entrevistador: "Tudo bem, eu respondo. Mas o que quer dizer parlamentarismo e o que significa presidencialismo?".

## Questões abstratas

Esse grande desconhecimento em relação a um assunto da maior importância para o ordenamento político-institucional do país, que está sendo aferido nas pesquisas de opinião, é preocupante. E tem a ver com alguns problemas levantados por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que chegou a afirmar que a opinião pública, simplesmente, não existe.[2]

Os argumentos de Bourdieu são relativamente simples, mas dão o que pensar. Ele diz que as pesquisas de opinião supõem que toda pessoa possa ter uma opinião, ou, em outras palavras, que a produção de uma opinião esteja ao alcance de qualquer um. O segundo argumento de Bourdieu é que, ao realizar uma pesquisa, dá-se por suposto que todas as opiniões tenham o mesmo valor. Assim, a opinião de um indivíduo com atributos sociais positivamente reconhecidos — rico, instruído, morador dos grandes centros urbanos, bem informado etc. — valeria exatamente o mesmo do que a opinião de um desempregado, pobre, com baixíssimo nível de instrução, desinformado e habitante do meio rural. Dessa forma, uma pesquisa do tipo *survey* nivelaria as opiniões por baixo — e, no caso brasileiro, muito por baixo.

* Cientista social e Diretor do Centro de Pesquisa, Análise e Comunicação (CEPAC).

Quanto ao primeiro ponto, parece claro que, ao colocar para o entrevistado uma questão completamente alheia ao seu universo de preocupação e sobre a qual ele está desinformado — por exemplo, se prefere parlamentarismo ou presidencialismo como sistema de governo —, está-se criando um problema. O entrevistado pode responder a primeira coisa que lhe venha na cabeça — o que não é exatamente uma "opinião" — ou pode dizer simplesmente que "não sabe", comprometendo uma análise mais apurada dos dados.

Esse problema pode ser maior do que se imagina. A população brasileira apresenta um nível de escolaridade sofrível. Numa amostra nacional de eleitores, nada menos do que 75% dos indivíduos tinham, no máximo, o primeiro grau (antigo ginasial) completo. Isso cria uma dificuldade enorme quando se trata de pesquisar temas mais abstratos, que não estejam ligados ao dia-a-dia dos cidadãos. Numa pesquisa realizada pelo **IBOPE**, em 1989, 54% dos brasileiros simplesmente não souberam responder se "gostavam" ou "não gostavam" da estatização, enquanto 46% responderam o mesmo sobre privatização. Isso porque a pergunta não exigia uma racionalização maior: o entrevistado deveria responder apenas se "gostava" ou "não gostava" do conceito testado. Nesse caso, tratava-se muito mais de um mapeamento da "simpatia" dos brasileiros do que uma questão mais, digamos, ideológica, que dissesse respeito à melhor forma de organizar as relações entre a iniciativa privada e o Estado.

### Sem sintonia

O segundo aspecto — a opinião de todos ter o mesmo valor — pode ser relativizado. É de se supor que as diferenças sociais influenciem, de certa forma, a opinião pública — e que os indivíduos da camada mais abastada e instruída da sociedade exerçam algum tipo de ascendência sobre o restante dos indivíduos, quando se tratar de emitir e absorver opinião. Com isso, haveria um certo equilíbrio na época da mensuração da opinião pública, uma vez que o pequeno número de representantes da elite já teria "formado" a opinião da grande massa dos entrevistados.

Esse ponto remete a uma idéia mais ou menos clássica nos estudos sobre opinião pública: a influência das elites, dos chamados "formadores de opinião", sobre a massa constituída por cidadãos comuns. Em outro texto,[3] analisei essa questão, arriscando a hipótese de que, no Brasil, muitas vezes a opinião dos "formadores" não está em sintonia com a opinião formada das massas. Existem situações nas quais aqueles que emitem opiniões estão pessimistas e a sociedade, otimista; em que a elite quer a privatização mas a população resiste; e assim por diante.

A opinião pública parece ter, em muitos casos, uma dinâmica própria, independente da mídia. Se é verdade que a Rede Globo é capaz, de uma hora para outra, de inserir na agenda política nacional a discussão sobre a pena de morte, também é verdade que a opinião pública brasileira, muitas vezes, não dê a mínima para o que veiculam os meios de comunicação. Existe uma interação de duplo sentido entre a mídia e a opinião pública: muitas vezes, a opinião pública segue os ditames dos meios de comunicação (principalmente os eletrônicos); mas noutras, ela ganha autonomia e expressa sua vontade de modo independente — ou, às vezes, até contrário — ao que determina a mídia.

Alguns exemplos são esclarecedores. Durante a campanha pelas eleições diretas, em 1984, a Rede Globo simplesmente ignorava o acontecimento. Resistiu até o último momento, mas acabou sendo "pautada" pela opinião pública — e teve que noticiar os comícios. Em alguns deles, as equipes de reportagem sofreram até mesmo sanções físicas, tendo dificuldade para realizar seu trabalho. Em 1985, na eleição para a prefeitura de São Paulo, o candidato Fernando Henrique Cardoso (então do PMDB) tinha o apoio quase unânime dos meios de comunicação da cidade e a simpatia incontestável da maioria esmagadora dos "formadores de opinião". Votar no candidato do PMDB era quase uma demonstração de boas maneiras. Jânio Quadros, candidato pelo PTB, ao contrário, hostilizava os jornalistas das rádios, jornais e TV, mal aparecendo em seu programa eleitoral gratuito. No final, acabou ganhando de Fernando Henrique, que era indiscutivelmente o candidato da elite que pensa e coloca para o público suas idéias e preferências.

No caso do plebiscito, as elites do país estão, decididamente, do lado do parlamentarismo. Embora em janeiro de 1993 tenham surgido, aqui e acolá, algumas manifestações favoráveis ao presidencialismo — como a entrevista de Leôncio Martins Rodrigues (na revista *Veja*) e o artigo de Luciano Martins (na *Folha de S.Paulo*)[4] —, é indiscutível que os chamados "formadores de opinião" estejam do lado parlamentarista.

Pesquisa do **Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP)**, conduzida por Bolivar Lamounier e Amaury de Souza, publicada em 1990, não permite dúvidas a esse respeito. Realizada com empresários, líderes sindicais, líderes associativos, intelectuais, imprensa, políticos, militares e altos administradores públicos, a sondagem teve como objetivo "mapear as áreas de dissenso e de consenso entre as elites a respeito das

questões econômicas e políticas mais importantes, a começar pelo papel do setor público na economia". Ao todo, foram entrevistados 450 integrantes dessa elite brasileira.[5]

Na **Tabela I**, é possível verificar a preferência dos segmentos da elite pesquisados. A opção pelo parlamentarismo é clara: 69%, contra 30% que optaram pelo presidencialismo. E, interessante, é exatamente nos setores que teoricamente mais "formam" opinião que a escolha do parlamentarismo é mais pronunciada: intelectuais (80%), imprensa e políticos (79%) e líderes associativos (69%). Entre os entrevistados, o único segmento que optou pelo presidencialismo foram os militares (56% x 44%), que, por suas características profissionais, têm muito pouco contato com os meios de comunicação e dificilmente fazem declarações de caráter político.

Esse era, portanto, o mapeamento da opinião da elite em 1990. Como se comportava a opinião pública global naquele período? A opinião da massa dos eleitores estava em sintonia com o que pensavam intelectuais, jornalistas, políticos e líderes associativos? Dados do **IBOPE**, referentes a dezembro do mesmo ano, indicavam uma preferência pelo presidencialismo: 32%, contra 22% pelo parlamentarismo (45% não tinham opinião formada, não sabiam responder ou não quiseram opinar). Comparando, portanto a opinião da elite com a opinião da massa, teríamos o resultado apresentado no **Tabela II**.

Este quadro mostra que, nesse caso particular, os eleitores em geral estavam longe de acompanhar setores específicos das elites, no momento em que as pesquisas foram realizadas. Uma hipótese para ex-

**Tabela I**

Tendência de opinião pelos sistemas parlamentarista ou presidencialista, por setor da elite
1990

(Em %)

| | Presidencialista | Parlamentarista | Sem opinião |
|---|---|---|---|
| Intelectuais | 20 | 80 | 0 |
| Imprensa | 18 | 79 | 3 |
| Políticos | 18 | 79 | 3 |
| Líderes associativos | 31 | 69 | 0 |
| Empresários | 33 | 67 | 0 |
| Altos administradores | 31 | 65 | 4 |
| Líderes sindicais | 35 | 62 | 3 |
| Militares | 56 | 44 | 0 |
| Total (tendências globais) | 30 | 69 | 1 |

**Fonte:** IDESP. *Relatório de Pesquisa: as elites brasileiras e a modernização do setor público*. 1990.

**Tabela II**

Tendências de opinião sobre sistemas de governo, por setores das elites e do eleitorado global
1990

(Em %)

| | Elite(1) | Eleitorado(2) |
|---|---|---|
| Parlamentarismo | 69 | 22 |
| Presidencialismo | 30 | 32 |
| Não sabe/sem opinião | 1 | 45 |

**Fonte:** (1) IDESP, 1990; (2) IBOPE, 1990.

plicar esse fenômeno poderia ser a seguinte: há, no Brasil, uma "cultura" presidencialista, que levaria a massa da população a se inclinar por esse tipo de sistema de governo – o que tornaria qualquer mudança mais lenta e difícil.

### O caso espanhol

Existe, na literatura especializada, uma discussão recorrente a respeito da influência de determinados formatos institucionais sobre a cultura de um povo ou, se quisermos, sobre a opinião pública de uma sociedade a respeito dos principais assuntos (e, por vezes, princípios) políticos. Nessa discussão, é possível identificar duas correntes, que se digladiam sobre o sentido da causalidade. Para uns, é a sedimentação das instituições democráticas que gera uma opinião pública favorável à democracia. Para outros, a democracia só viceja quando há uma predisposição na sociedade em aceitá-la.[6]

Essa discussão lembra um pouco a história do ovo e da galinha. Em todo caso, as evidências empíricas indicam que o usual é que ocorra o primeiro caminho, ou seja, que o funcionamento de instituições democráticas induza uma percepção favorável da democracia e de seus valores básicos. Se compararmos os dados brasileiros com os de uma pesquisa realizada na Espanha, por exemplo, torna-se bastante clara a influência do processo de transição para a democracia sobre a opinião pública. Nas **Tabelas III** e **IV** é possível conferir os resultados.

Como se percebe, à medida que avança o processo de democratização, um número maior de

**Tabela III**

Legitimidade da democracia espanhola
1980-89

**Pergunta:** Agora vamos falar sobre diferentes tipos de regimes políticos. Gostaria que o Sr.(a) me dissesse com quais das afirmações seguintes concorda:

(Em %)

| | 1980 | 1984 | 1985 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Democracia é preferível a qualquer outro regime | 49 | 69 | 70 | 71 | 72 | 68 |
| Em alguns casos, um regime autoritário uma ditadura, pode ser preferível | 10 | 11 | 10 | 12 | 10 | 10 |
| Para pessoa como eu, não faz diferença | 8 | 11 | 9 | 11 | 10 | 10 |
| Não respondeu | 33 | 9 | 11 | 6 | 8 | 12 |
| Total (*n*) | (3.457) | (2.490) | (2.498) | (2.490) | (2.488) | (3.371) |

**Fonte:** Banco de dados de Centro de Investigaciones Sociológicas.

**Tabela IV**

Percepção sobre democracia
Brasil
1988-90

(Em %)

| | 1988 | 1989(1) | 1989(2) | 1990 |
|---|---|---|---|---|
| A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo | 43 | 44 | 55 | 56 |
| Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático | 21 | 19 | 15 | 17 |
| Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura | 26 | 22 | 16 | 7 |
| Não sabe/Não respondeu | 10 | 15 | 14 | 10 |

**Fonte:** Moisés, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26, 1992.

pessoas adere aos princípios democráticos. Os dados espanhóis, que apresentam uma série histórica mais longa, demonstram uma mudança significativa no comportamento da sociedade em relação à preferência do regime político. A generalização, no Estado e mesmo na sociedade, de comportamentos democráticos (eleições, liberdade de imprensa, reconhecimento das divergências, respeito às minorias etc.) gera, nos atores individuais, uma maior motivação para respeitar e valorizar as "regras do jogo".

### O modelo que está aí

Talvez seja possível fazer um raciocínio análogo em relação ao presidencialismo. Com exceção do breve interregno parlamentarista, no início da década de 60, todo o período republicano brasileiro foi presidencialista. Embora nem sempre bem sucedido – já que a história da nossa República é rica em instabilidade –, a verdade é que o presidencialismo é o "modelo" que está aí há um século. E se é verdade que determinados formatos institucionais geram adesão da opinião pública à medida que funcionam, ainda que mal, teríamos então uma sociedade basicamente presidencialista.

Existe também, em torno da figura do "presidente", toda uma simbologia. Presidente é basicamente aquele que manda, que decide, que tem poder e que aponta caminhos. E existe presidente em todo lugar: desde as sociedades amigos de bairro, passando pelos sindicatos, associações, clubes de futebol, empresas etc., toda instituição tem seu dirigente maior. Na verdade, o brasileiro parece "acostumado" com esse rótulo – e muito pouca gente tem na cabeça um sistema do tipo parlamentar.

Até há muito pouco tempo, não havia dúvida sobre nossa inclinação presidencialista. Dados de pesquisa nacional do **IBOPE**, de abril de 1991 (**Tabela 4.1**, p. 31), mostravam que 66% dos brasileiros eram favoráveis ao presidencialismo, contra apenas 20% que eram contrários (14% não tinham opinião). No mesmo mês, uma outra pergunta formulada pelo mesmo instituto – que pedia que o eleitor escolhesse entre os dois sistemas de governo, explicando sucintamente o que era um e outro – trouxe como resultado 53% para o presidencialismo, 21% para o parlamentarismo e 26% sem opinião formada (**Tabela 3.2**, p. 27).

Felizmente, a opinião pública é dinâmica (o que favorece a sobrevivência de alguns institutos de pesquisa...).

Benjamin Page e Robert Shapiro escreveram um livro de quase 500 páginas,[7] com pesquisas de opinião cobrindo 50 anos, para demonstrar que as mudanças na opinião pública não se processam ao acaso ou, para usar o termo dos autores, não são "ramdômicas".

Isso significa afirmar que existem causas conhecidas para as grandes mudanças na opinião pública. Page e Shapiro dividem os eventos em dois grandes blocos: tendências econômicas e sociais com mudança global (crescimento econômico, aumento nos níveis de escolaridade, migração, flutuações na composição da força de trabalho etc.) e eventos históricos de impacto (guerra, crises e acontecimentos internacionais etc.). O primeiro grupo de causas provoca mudanças na opinião pública de longo prazo, enquanto o segundo gera alterações significativas mais rapidamente.

No Brasil, segundo dados do **IBOPE**, a opinião pública era francamente presidencialista (53% a 21%, em abril de 1991) e se tornou levemente parlamentarista (28% a 21%, em novembro de 1992, **Tabela 3.2**, p. 27). Transportando os critérios de Page e Shapiro para o caso brasileiro, percebe-se que não é razoável explicar a movimentação do eleitorado do presidencialismo para o parlamentarismo pelo primeiro conjunto de fatores, mesmo porque não houve mudanças significativas na composição da sociedade brasileira no período considerado.

Cabe perguntar: o que houve de abril de 1991 até agora (janeiro de 1993), em termos de acontecimentos marcantes, que pudesse provocar uma mudança tão acentuada na opinião pública brasileira, fazendo com que um maior número de pessoas se inclinasse para o parlamentarismo e um menor número para o presidencialismo?

### Affair PC/Collor

Não é preciso pensar muito. A opinião pública brasileira foi monopolizada, durante boa parte de 1992, pelas notícias referentes ao *affair* PC Farias/Fernando Collor de Mello. Não havia espaço para outro assunto nos meios de comunicação. Com isso, outros temas – como as eleições municipais e a discussão parlamentarismo X presidencialismo – ficaram para um segundo plano. Tudo aquilo que não se referisse às investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito não ganhava destaque nas rádios, jornais e TV.

É inegável que um acontecimento dessa natureza tenha implicações nada desprezíveis no plano da opinião pública. Afinal, a lenta agonia de um presidente, que assumiu seu cargo alicerçado em mais de 30 milhões de votos e galvanizando a esperança dos brasileiros, não poderia passar sem trazer conseqüências – principalmente nos segmentos menos escolarizados do eleitorado (os "descamisados"), para quem Collor direcionava seu discurso e que o elegeram em 1989.

A descoberta do fantástico esquema de pilhagem do Estado, coordenada por um "empresário" com notórias ligações com o ex-presidente, teve o efeito de uma ducha de água fria entre aqueles que ainda apoiavam Collor. No início de 1992, Collor ainda gozava da confiança de parcela significativa da opinião pública, apesar da crise econômica. Pouco antes de renunciar, entretanto, ele se transformou em unanimidade nacional, só que do lado negativo. Dados de pesquisa realizada pelo **CEPAC/IBOPE** indicavam que apenas 12% do eleitorado brasileiro confiavam em Collor em novembro de 1992, número que subia para 16% entre os menos instruídos.

É pouco razoável supor que a derrocada de Collor não tenha transferido para o presidencialismo o desprestígio do ex-presidente. E, paralelamente, não faz muito sentido imaginar que a atuação dos deputados e senadores, que foram fundo nas investigações e ganharam a estima nacional, não tenha aumentado o prestígio do Congresso Nacional, que andou em baixa pouco tempo antes. Isso pode ter transferido para o parlamentarismo um número maior de simpatizantes, fazendo com que ele ultrapassasse discretamente o presidencialismo na opinião pública brasileira.

Quem obrigou Collor a renunciar foi a elite política, mas com a sociedade exercendo forte fiscalização e pressão. Fosse outra a disposição dos "caras-pintadas" e o humor dos brasileiros medido através de pesquisas, e é provável que algum tipo de acordo tivesse emergido. Estabeleceu-se, então, uma interessante simbiose entre o Congresso e a opinião pública, de tal maneira que a pressão da sociedade e a vigilância dos meios de comunicação moldaram a votação de acordo com os anseios do povo.

Nessa primeira batalha, a elite e a opinião pública conseguiram, por meio indireto, colocar o parlamentarismo em pé de igualdade com o presidencialismo. A partir da posse efetiva de Itamar Franco, o contexto fica mais complicado para os parlamentaristas. Os pontos de referências mudaram de um presidente corrupto (Collor) e um Congresso Nacional cioso de seus deveres para um presidente que vem subindo na aprovação popular (Itamar Franco) e um Congresso que, com uma agenda sobrecarregada, passa para a sociedade a imagem de uma instituição pouco ágil para resolver os problemas do país.

Tudo indica, até agora, que os formadores de opinião consigam transferir suas idéias e preferências para o segmento mais escolarizado e melhor informado. Entre os eleitores com pelo menos segundo grau iniciado, o parlamentarismo batia o presidencialismo por 49% a 24%, em outubro de 1992. Já os setores menos instruídos, na mesma data, preferiram o presidencialismo (19% a 16%), enquanto o grau de desinformação (não sabe/não opinou/não tem opinião formada) atingia 65%.

Talvez fosse possível (embora não muito prudente, pela ausência de dados qualitativos) afirmar que os segmentos menos escolarizados formam sua opinião por fatores "culturais" e simbólicos, enquanto os mais instruídos decidem em função da liderança das elites, sendo mais susceptíveis a argumentos de caráter racional. Como está previsto o horário eleitoral gratuito pelo rádio e televisão, é certo que o nível de informação (ainda que muitas vezes distorcida) venha a aumentar. E aumentará a probabilidade de termos, em abril, um plebiscito de fato – e não uma loteria.

**Notas**

1. Cf. *WAPOR Newsletter*, nº 2, 1992, p. 8.
2. Cf. Beniger, James R. The impact of polling on public opinion: reconciling Foucault, Habermas, and Bourdieu. *International Journal of Public Opinion Research*. Oxford: Oxford Universty Press, vol. 4, nº 3, autumn 1992.
3. Cf. Figueiredo, R. Verdades e mitos sobre a cultura brasileira. In: Lamounier, B. (org.). *Ouvindo o Brasil. Uma análise da opinião pública brasileira hoje*. São Paulo: Sumaré/IRS, 1992.
4. Cf. *Veja*, 6/1/1993, pp. 9-11; e *Folha de S.Paulo*, 3/1/1993, p. 3
5. Cf. *Relatório de Pesquisa: as elites brasileiras e a modernização do setor público*. São Paulo: IDESP, 1990.
6. Existe uma discussão sumária sobre o assunto em Moisés, J. A. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC/Marco Zero, nº 26, 1992. Um estudo mais aprofundado pode se encontrado em Inglehart, R. *Democratization in Global Perspective*. 1992 (mimeo).
7. Cf. Page, B. I. e Shapiro, R. Y. *The Rational Public. Fifty years of trends in americans' policy preferences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

# TENDÊNCIAS

**1. Plebiscito de 1963**

- *dados do Acervo IBOPE, Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH-UNICAMP).*

**2. Monarquia ou República**

- *pesquisas do Gallup e Datafolha sobre a preferência por regime político.*

**3. Parlamentarismo X presidencialismo**

- *séries históricas das oscilações da preferência por sistema de governo.*

**4. Perguntas com explicação prévia**

- *pesquisas em que se formula pergunta-prefácio ao entrevistado.*

**5. Grau de conhecimento**

- *o que é Monarquia/República; presidencialismo/parlamentarismo?*

**6. Cultura política**

- *opiniões sobre partidos, presidente, Congresso, eleições e sistema de governo.*

**7. Fichas técnicas**

- *data, universo e amostra das pesquisas.*

*Sistemas de governo*

# 1. Plebiscito de 1963

*Em 1962, o IBOPE realizou pesquisas por amostragem nas cidades de São Paulo e Brasília, no então Estado da Guanabara e em diversas cidades do interior paulista. Esses dados históricos permitem avaliar hoje as transformações da opinião da população de centros urbanos importantes com respeito à escolha da melhor forma de governo para o Brasil.*

**Fonte: Coleção IBOPE – Pesquisas Especiais/1942-73.**
**Acervo IBOPE – Arquivo Edgard Leuenroth. IFCH-UNICAMP.**

**Pergunta:** Na sua opinião qual o melhor regime para o Brasil? Presidencialista ou parlamentarista?

**Tabela 1.1**
**Preferência por sistema de governo, por sexo e escolaridade**
**Brasília**
**jan/1962**

(Em %)

| | Total | Homens | Mulheres | Escolaridade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Prim. | Sec. | Sup. |
| Presidencialista | 67 | 70 | 60 | 68 | 68 | 49 |
| Parlamentarista | 12 | 13 | 11 | 7 | 16 | 21 |
| Não sabem | 21 | 17 | 29 | 25 | 16 | 30 |

**Pergunta:** O que vem achando do atual governo do país sob o regime parlamentarista?

**Tabela 1.2**
**Tendência de opinião sobre o atual sistema de governo do país, por sexo e escolaridade**
**Brasília**
**jan/1962**

(Em %)

| | Total | Homens | Mulheres | Escolaridade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Prim. | Sec. | Sup. |
| Bom | 38 | 38 | 37 | 41 | 34 | 36 |
| Mau | 30 | 35 | 22 | 28 | 32 | 33 |
| Não opinaram | 32 | 27 | 41 | 31 | 34 | 31 |

**Pergunta:** Consideram que a melhor forma de governo é:

**Tabela 1.3**
**Preferência por sistemas de governo, por sexo e estratos sócio-econômicos**
**Cidade de São Paulo**
**mai/1962**

(Em %)

| | Total | Homens | Mulheres | Estratos sócio-econômicos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | A | B | C | D |
| Presidencialismo | 52 | 57 | 41 | 61 | 59 | 52 | 42 |
| Parlamentarismo | 12 | 13 | 10 | 21 | 17 | 11 | 7 |
| Não sabem | 36 | 30 | 49 | 18 | 24 | 37 | 51 |

**Tabela 1.4**
**Preferência por sistemas de governo.**
**Cidades do Estado de São Paulo**
**mai/1962**

(Em %)

| | Presiden-cialismo | Parlamen-tarismo | Não sabem | Total (*n*) |
|---|---|---|---|---|
| Capital | 52 | 12 | 36 | (1.000) |
| Bauru | 68 | 6 | 26 | (300) |
| Bebedouro | 51 | 7 | 42 | (200) |
| Campinas | 68 | 9 | 23 | (400) |
| Pindamonhangaba | 58 | 11 | 31 | (200) |
| Piracicaba | 63 | 12 | 25 | (300) |
| Presidente Prudente | 63 | 7 | 27 | (300) |
| Ribeirão Preto | 46 | 11 | 43 | (300) |
| Rio Claro | 67 | 10 | 23 | (300) |
| Santo André | 50 | 11 | 39 | (400) |
| Santos | 54 | 11 | 35 | (400) |
| S. José da Boa Vista | 65 | 7 | 28 | (200) |
| S. José do Rio Preto | 52 | 15 | 33 | (300) |

**Pergunta:** Num plebiscito sobre a continuação do parlamentarismo, votariam:

**Tabela 1.5**

**Tendência sobre continuação do parlamentarismo, por sexo e estratos sócio-econômicos Cidade de São Paulo jun/1962**

(Em %)

| | Total | Homens | Mulheres | Estratos sócio-econômicos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | A | B | C | D |
| Contra | 53 | 58 | 43 | 56 | 57 | 53 | 46 |
| A favor | 20 | 20 | 20 | 28 | 24 | 19 | 17 |
| Não sabem | 27 | 22 | 37 | 16 | 19 | 28 | 37 |

**Tabela 1.6**

**Tendência sobre continuação do parlamentarismo Cidades do Estado de São Paulo jun/1962**

(Em %)

| | Contra | A favor | Não sabem | Total (*n*) |
|---|---|---|---|---|
| Capital | 53 | 20 | 27 | (300) |
| Araçatuba | 37 | 20 | 43 | (300) |
| Campinas | 46 | 22 | 32 | (300) |
| Presidente Prudente | 51 | 20 | 27 | (300) |
| Santo André | 49 | 12 | 39 | (300) |
| Santos | 52 | 15 | 33 | (300) |
| S. José do Rio Preto | 42 | 23 | 35 | (300) |
| S. José dos Campos | 42 | 18 | 40 | (300) |
| Sorocaba | 42 | 16 | 42 | (300) |

**Pergunta:** A seu ver, qual o melhor regime de governo para o Brasil?

**Tabela 1.7**

**Preferência por sistema de governo, por sexo e estratos sócio-econômicos Estado da Guanabara set/1962**

(Em %)

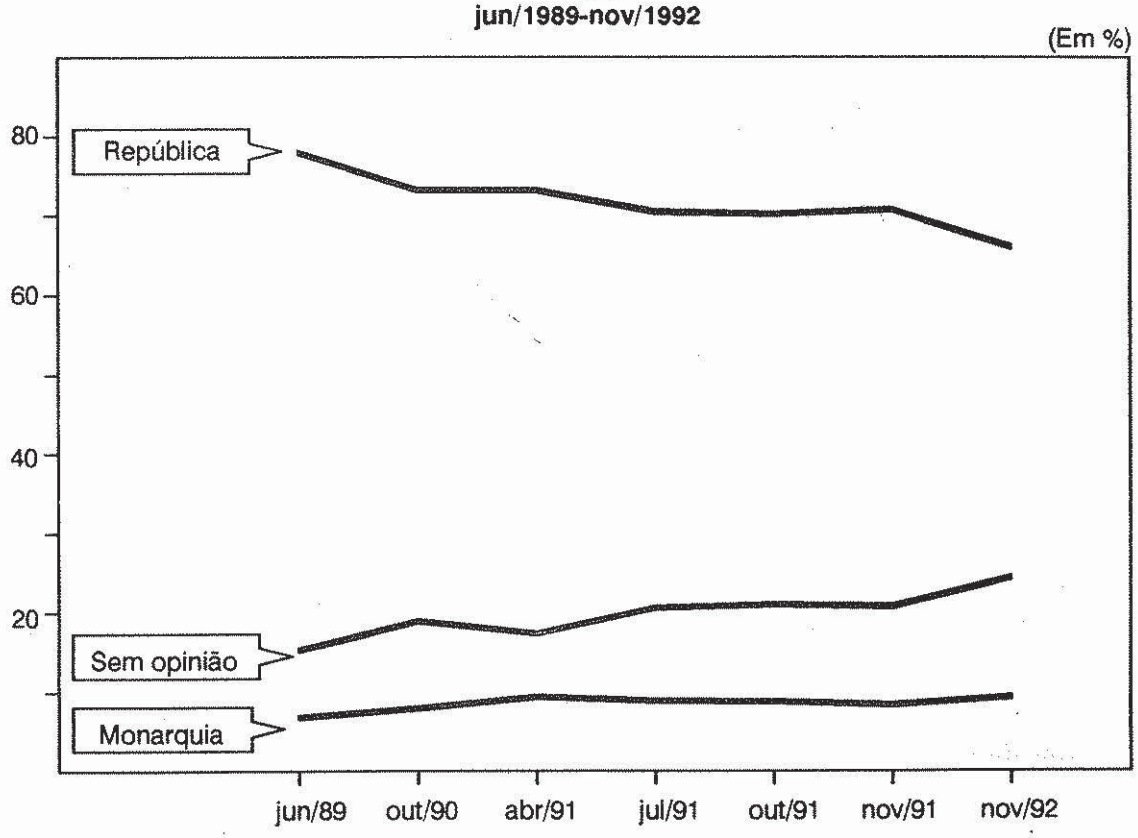
| | Total | Homens | Mulheres | Estratos sócio-econômicos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | A/B | Pobre | Pobre inferior |
| Presidencialismo | 68 | 71 | 61 | 69 | 68 | 65 |
| Parlamentarismo | 15 | 16 | 15 | 17 | 15 | 14 |
| Não sabem | 17 | 13 | 24 | 14 | 17 | 21 |

*Brasil. Plebiscito de 1993*

# 2. Monarquia ou República

**Pergunta:** O Sr.(a) vai poder votar para também decidir se o Brasil volta a ser Monarquia ou continua sendo República. O Sr.(a) já escolheu se vai votar pela República ou pela Monarquia?

**Gráfico 2.1**
**Evolução das preferências de escolha por regime político**
**Brasil**
**jun/1989-nov/1992**




**Fonte:** Gallup.

**Tabela 2.1**
**Evolução das preferências por regime político**
**Brasil**
**jun/1989-nov/1992**

(Em %)

| | jun/89 | out/90 | abr/91 | jul/91 | out/91 | nov/91 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| República | 77,9 | 73,2 | 73,2 | 70,5 | 70,2 | 70,8 | 66,1 |
| Monarquia | 6,8 | 7,9 | 9,4 | 8,9 | 8,8 | 8,4 | 9,4 |
| Sem opinião | 15,3 | 18,9 | 17,4 | 20,6 | 21,0 | 20,8 | 24,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.643) | (2.868) | (2.687) | (2.754) | (2.901) | (2.763) | (2.692) |

**Fonte:** Gallup.

**Pergunta:** (Todos) E o Sr.(a) vai poder votar para também decidir se o Brasil volta a ser Monarquia ou continua sendo República. O Sr.(a) já escolheu se vai votar pela República ou pela Monarquia? (Se sim) Qual?

**Tabela 2.2**
**Preferência por regime político, por sexo e idade**
**Brasil**
**nov/1992**

(Em %)

| | Total | Sexo | | Idade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Masc. | Fem. | 18-29 | 30-49 | 50 ou + |
| Continuidade da República | 66,1 | 70,1 | 62,2 | 68,5 | 66,3 | 61,1 |
| Volta da Monarquia | 9,4 | 11,6 | 7,3 | 9,7 | 9,4 | 9,0 |
| Sem opinião formada | 23,7 | 17,7 | 29,8 | 21,5 | 24,1 | 27,4 |
| Não pretendem ir votar | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,3 | 0,2 | 2,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (1.346) | (1.346) | (1.122) | (994) | (576) |

**Fonte:** Gallup.

**Tabela 2.3**
**Preferência por regime político, por estrato e escolaridade**
**Brasil**
**nov/92**

(Em %)

| | Total | Estrato | | | | Escolaridade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | A | B | C | D/E | Prim. | Sec. | Sup. |
| Continuidade da República | 66,1 | 83,7 | 71,3 | 66,8 | 59,8 | 56,6 | 68,3 | 81,9 |
| Volta da Monarquia | 9,4 | 5,8 | 10,6 | 10,6 | 8,7 | 8,1 | 10,6 | 6,9 |
| Sem opinião formada | 23,7 | 10,1 | 17,6 | 21,7 | 30,9 | 34,6 | 20,4 | 10,4 |
| Não pretendem ir votar | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 1,0 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (208) | (499) | (900) | (1.085) | (839) | (1.565) | (283) |

**Fonte:** Gallup.

**Tabela 2.4**
**Preferência por regime político**
**Brasil e regiões**
**nov/1992**

(Em %)

| | Total | Região | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Sul | Sudeste | Nordeste | Norte/C. Oeste |
| Continuidade da República | 66,1 | 70,9 | 65,7 | 62,5 | 69,3 |
| Volta da Monarquia | 9,4 | 8,9 | 9,4 | 8,8 | 11,6 |
| Sem opinião formada | 23,7 | 19,9 | 23,9 | 28,7 | 18,1 |
| Não pretendem ir votar | 0,7 | 0,3 | 1,0 | – | 1,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100.0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (381) | (1.429) | (589) | (293) |

**Fonte:** Gallup.

**Pergunta:** Na sua opinião, qual é o melhor regime para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo, o(a) Sr.(a) não tem uma opinião formada a respeito?

**Tabela 3.2**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Brasil**
**abr/1991-nov/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidencialismo | 53 | 46 | 42 | 38 | 21 | 21 |
| Parlamentarismo | 21 | 26 | 26 | 26 | 28 | 28 |
| Não sabe/Sem opinião | 26 | 29 | 33 | 36 | 51 | 52 |
| Total | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (1.217) | (3.650) |

**Fonte:** IBOPE.

**Tabela 3.3**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Região Sul**
**abr/1991-nov/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidencialismo | 56 | 45 | 43 | 44 | 19 | 26 |
| Parlamentarismo | 20 | 31 | 29 | 28 | 33 | 35 |
| Não sabe/Sem opinião | 24 | 24 | 28 | 29 | 47 | 39 |
| Total | (600) | (600) | (600) | (600) | (203) | (600) |

**Fonte:** IBOPE.

**Tabela 3.4**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Região Sudeste**
**abr/1991-nov/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidencialismo | 52 | 43 | 39 | 35 | 19 | 19 |
| Parlamentarismo | 24 | 28 | 31 | 30 | 31 | 32 |
| Não sabe/Sem opinião | 24 | 28 | 30 | 35 | 50 | 50 |
| Total | (1.671) | (1.671) | (1.671) | (1.671) | (564) | (1.671) |

**Fonte:** IBOPE.

**Tabela 3.5**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Região Nordeste**
**abr/1991-nov/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidencialismo | 55 | 50 | 47 | 39 | 28 | 25 |
| Parlamentarismo | 16 | 18 | 17 | 18 | 20 | 19 |
| Não sabe/Sem opinião | 30 | 32 | 37 | 43 | 52 | 55 |
| Total | (957) | (957) | (957) | (957) | (313) | (957) |

**Fonte:** IBOPE.

**Tabela 3.6**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Região Norte/Centro-Oeste**
**abr/1991-nov/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presidencialismo | 52 | 47 | 42 | 41 | 12 | 13 |
| Parlamentarismo | 20 | 23 | 20 | 22 | 26 | 19 |
| Não sabe/Sem opinião | 28 | 29 | 38 | 37 | 62 | 67 |
| Total | (422) | (422) | (422) | (422) | (137) | (422) |

**Fonte:** IBOPE.

**Pergunta:** No próximo dia 21 de abril haverá dois plebiscitos nacionais que são consultas à população para a escolha do regime de governo e sistema de governo. Se o plebiscito sobre o sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo?

**Tabela 3.7**
**Preferência por sistema de governo**
**Brasil e regiões**
**dez/1992-fev/1993**

(Em %)

| | Brasil | | Sul | | Sudeste | | Nordeste | | Norte/C.Oeste | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/92 | fev/93 | dez/92 | fev/93 | dez/92 | fev/93 | dez/92 | fev/93 | dez/92 | fev/93 |
| Presidencialismo | 35 | 36 | 38 | 36 | 33 | 35 | 36 | 35 | 39 | 43 |
| Parlamentarismo | 38 | 33 | 40 | 35 | 42 | 35 | 31 | 29 | 36 | 31 |
| Outras respostas | 1 | 2 | – | 1 | 1 | 2 | – | 1 | 1 | 2 |
| Não sabe | 26 | 29 | 21 | 28 | 24 | 27 | 33 | 36 | 24 | 24 |

**Fonte:** Datafolha 1.

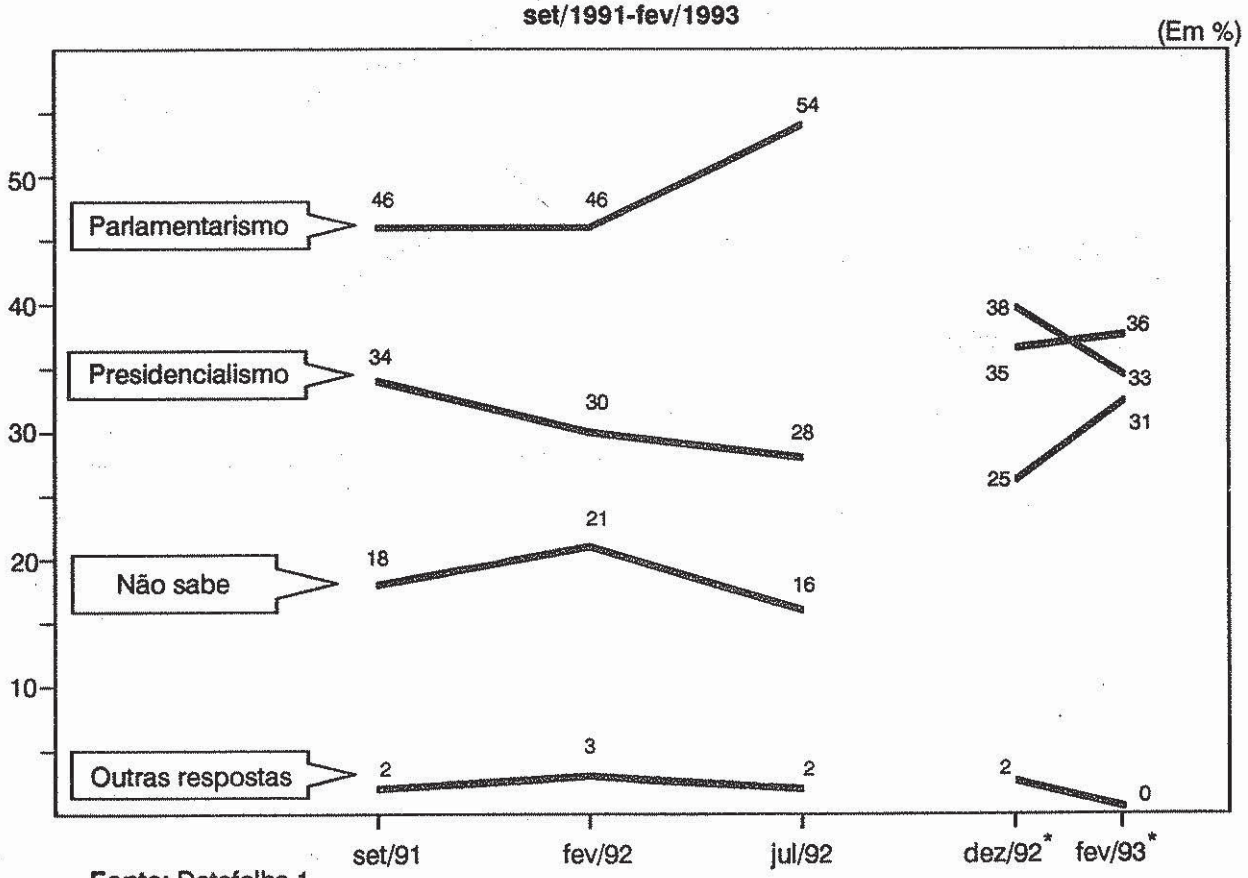
*Brasil. Plebiscito de 1993*

# 4. Perguntas com explicação prévia

**Pergunta:** Você é a favor:

1. do presidencialismo, que é o sistema atual, em que o presidente é o único chefe do governo e escolhe os ministros de Estado, *ou*
2. do parlamentarismo, sistema em que o presidente divide a chefia do governo com um primeiro-ministro que indica os ministros de Estado?
3. outras respostas
4. não sabe.

**Gráfico 4.1**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**Brasil**
**set/1991-fev/1993**

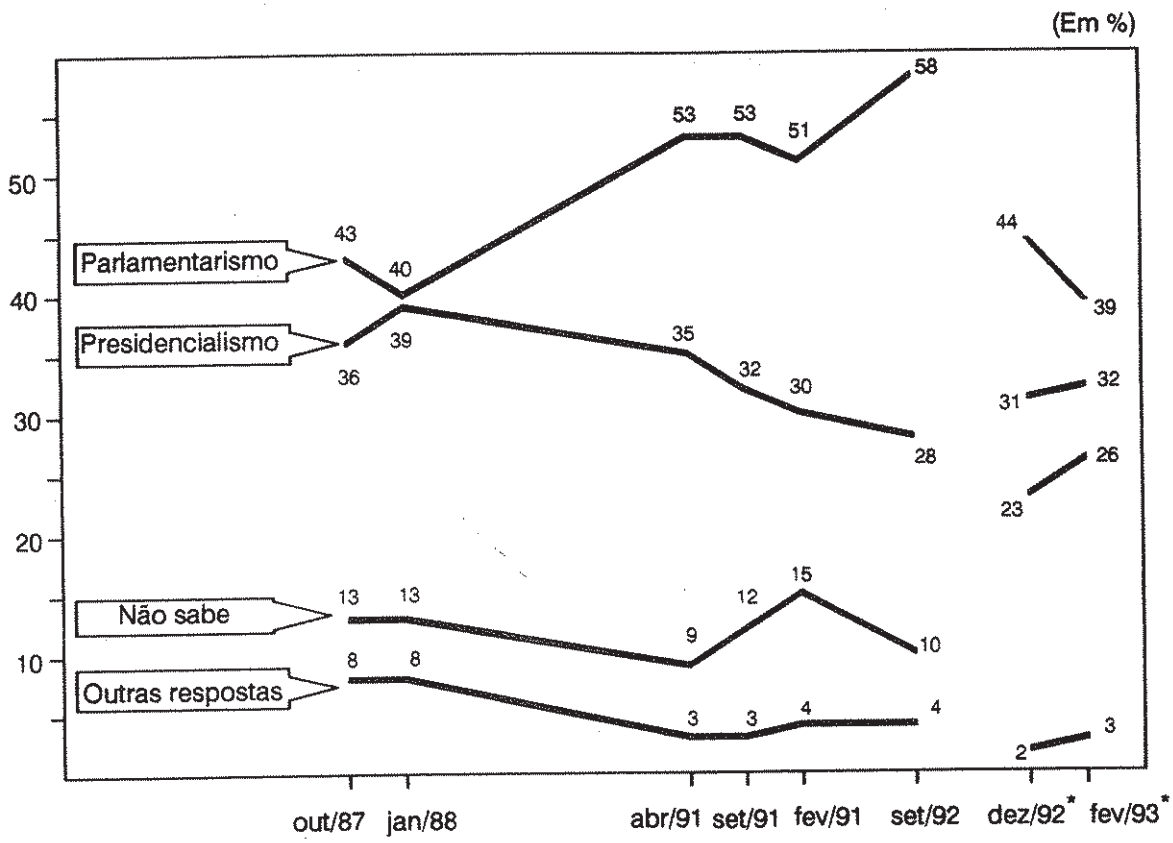



**Fonte:** Datafolha 1.

***Observação**

Nas pesquisas de dez/92 e fev/93, a pergunta aplicada foi:
"No próximo dia 21 de abril haverá dois plebiscitos nacionais que são consultas à população para a escolha do regime de governo e sistema de governo. Se o plebiscito sobre o sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo?".

**Gráfico4.2**
**Evolução da preferência por sistema de governo**
**10 capitais dos Estados**
**out/1987-fev-1993**




**Fonte:** Datafolha 2.

***Observação**

Pesquisas realizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza Belém e Brasília. Nas pesquisas de dez/92 e fev/93, Belém e Brasília foram substituídos por Campo Grande e Goiânia, e a pergunta aplicada foi:
"No próximo dia 21 de abril haverá dois plebiscitos nacionais que são consultas à população para a escolha do regime de governo e sistema de governo. Se o plebiscito sobre o sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo?"

**Pergunta:** Em 1993 haverá uma consulta popular sobre a maneira como o Brasil será governado de 1994 em diante. A população brasileira escolheria entre o presidencialismo que é o regime em que o país é governado por um presidente eleito pelo povo, e o parlamentarismo que é o regime em que a maioria absoluta do Congresso, que é eleito pelo povo, escolhe um primeiro-ministro, que governará o país consultando o Congresso. De uma maneira geral, o(a) Sr.(a) é a favor ou contra ao presidencialismo e ao parlamentarismo?

**Tabela 4.1**
**Evolução das opiniões sobre sistema de governo**
**Brasil**
**abr/1991-abr/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/91 | abr/92 |
|---|---|---|---|---|
| Parlamentarismo | | | | |
| – A favor | 36 | 41 | 41 | 42 |
| – Contra | 44 | 39 | 37 | 36 |
| – Sem opinião | 21 | 20 | 22 | 23 |
| Presidencialismo | | | | |
| – A favor | 66 | 57 | 55 | 54 |
| – Contra | 20 | 25 | 27 | 27 |
| – Sem opinião | 14 | 18 | 18 | 20 |
| Total | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (3.650) |

**Fonte:** IBOPE.

**Pergunta:** No regime parlamentarista, os deputados e senadores escolhem o primeiro-ministro para governar e no regime presidencialista atual quem governa é o presidente da República. Qual dos dois vai ser o melhor sistema para funcionar a partir da próxima eleição presidencial: presidencialismo ou parlamentarismo?

**Tabela 4.2**
**Preferências por sistemas de governo**
**Brasil e regiões**
**nov/1992**

(Em %)

| | Brasil | Sul | Sudeste | Nordeste | Norte/C.Oeste |
|---|---|---|---|---|---|
| A favor do presidencialismo | 16,6 | 10,5 | 17,2 | 18,2 | 18,8 |
| A favor do parlamentarismo | 11,6 | 7,3 | 12,1 | 13,6 | 10,6 |
| Já haviam se decidido sem explicação prévia | 49,8 | 62,8 | 48,1 | 45,6 | 50,1 |
| Ainda não se decidiram | 17,6 | 15,2 | 18,8 | 17,7 | 14,0 |
| Não pretendem ir votar | 4,4 | 4,2 | 3,8 | 4,9 | 6,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (381) | (1.429) | (589) | (293) |

**Fonte:** Gallup.

**Tabela 4.3**
**Preferência por sistema de governo, por sexo e idade**
**Brasil**
**nov/1992**

(Em %)

| | Total | Sexo | | Idade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Masc | Fem. | 18/29 | 30/49 | 50 ou + |
| A favor do presidencialismo | 16,6 | 14,5 | 18,8 | 19,9 | 15,4 | 12,5 |
| A favor do parlamentarismo | 11,6 | 10,5 | 12,7 | 13,4 | 11,9 | 7,6 |
| Subtotal (%) | (28,2) | (25,0) | (31,5) | (33,3) | (27,3) | (20,1) |
| Já haviam se decidido sem explicação prévia | 49,8 | 59,1 | 40,5 | 50,5 | 51,8 | 45,2 |
| Ainda não se decidiram | 17,5 | 11,7 | 23,3 | 13,2 | 17,6 | 25,7 |
| Não pretendem ir votar | 4,4 | 4,2 | 4,7 | 3,0 | 3,3 | 9,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (1.346) | (1.346) | (1.122) | (994) | (576) |

**Fonte:** Gallup.

**Tabela 4.4**
**Preferência por sistema de governo, por estrato e escolaridade**
**Brasil**
**nov/1992**

(Em %)

| | Total | Estrato | | | | Escolaridade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | A | B | C | D/E | Prim. | Sec. | Sup |
| A favor do presidencialismo | 16,6 | 7,2 | 8,6 | 15,4 | 23,1 | 21,7 | 16,0 | 5,6 |
| A favor do parlamentarismo | 11,6 | 7,7 | 12,0 | 11,2 | 12,4 | 10,6 | 12,8 | 7,6 |
| Subtotal (%) | (28,2) | (14,9) | (20,6) | (26,6) | (35,5) | (32,3) | (28,8) | (13,2) |
| Já haviam se decidido sem explicação prévia | 49,8 | 73,1 | 64,0 | 53,0 | 36,4 | 32,8 | 53,9 | 7,5 |
| Ainda não se decidiram | 17,5 | 10,1 | 11,8 | 16,0 | 22,8 | 28,1 | 13,5 | 8,3 |
| Não pretendem ir votar | 4,4 | 1,9 | 3,6 | 4,4 | 5,3 | 6,8 | 3,8 | 1,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | (2.692) | (208) | (499) | (900) | (1.085) | (839) | (1.565) | (288) |

**Fonte:** Gallup.

**Pergunta:** Em 1993 haverá uma consulta popular sobre a maneira como o Brasil será governado de 1994 em diante. A população brasileira escolherá entre o presidencialismo, que é o sistema de governo em que o país é governado por um presidente eleito pelo povo, e o parlamentarismo, que é o sistema em que a maioria absoluta do Congresso escolhe um primeiro-ministro, que governará o país consultando o Congresso. Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito?

**Tabela 4.5**
**Evolução da preferência por sistema de governo, segundo grau de escolaridade (resultados globais) Brasil dez/1990-nov/1992**

(Em %)

| | Até 4ª série do primeiro grau | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 27 | 49 | 43 | 40 | 35 | 18 | 19 |
| Parlamentarismo | 14 | 14 | 17 | 16 | 16 | 16 | 16 |
| Não tem opinião formada/Não opinou | 60 | 36 | 41 | 44 | 49 | 65 | 65 |
| | Até 8ª série do primeiro grau | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 35 | 59 | 51 | 45 | 42 | 20 | 22 |
| Parlamentarismo | 27 | 23 | 28 | 29 | 29 | 34 | 28 |
| Não tem opinião formada/Não opinou | 38 | 19 | 21 | 26 | 30 | 46 | 50 |
| | Até 3ª série do segundo grau | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 43 | 56 | 48 | 46 | 42 | 27 | 25 |
| Parlamentarismo | 32 | 30 | 38 | 39 | 39 | 41 | 42 |
| Não tem opinião formada/Não opinou | 25 | 14 | 15 | 15 | 19 | 32 | 33 |
| | Superior | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 35 | 49 | 40 | 38 | 37 | 21 | 20 |
| Parlamentarismo | 48 | 36 | 49 | 48 | 49 | 60 | 67 |
| Não tem opinião formada/Não opinou | 17 | 15 | 11 | 15 | 14 | 19 | 13 |
| Total | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (1.217) | (3.650) |

**Fonte:** IBOPE.

**Tabela 4.6**
**Evolução da preferência por sistema de governo, segundo grau de escolaridade (somente os que têm opinião) Brasil dez/1990-nov/1992**

(Em %)

| | Até 4ª série do primeiro grau | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 66 | 78 | 72 | 71 | 69 | 53 | 54 |
| Parlamentarismo | 34 | 22 | 28 | 29 | 31 | 47 | 46 |
| | Até 8ª série do primeiro grau | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 56 | 73 | 64 | 61 | 60 | 37 | 44 |
| Parlamentarismo | 44 | 28 | 35 | 39 | 41 | 63 | 56 |
| | Até 3ª série do segundo grau | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 57 | 65 | 56 | 54 | 52 | 40 | 37 |
| Parlamentarismo | 43 | 35 | 44 | 46 | 48 | 60 | 63 |
| | Superior | | | | | | |
| | dez/90* | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92* | nov/92* |
| Presidencialismo | 42 | 58 | 45 | 45 | 43 | 26 | 23 |
| Parlamentarismo | 58 | 42 | 55 | 56 | 57 | 74 | 77 |

**Fonte:** IBOPE.

***Observação**

Nas pesquisas realizadas em dez/90, out/92 e nov/92 não foi fornecida nenhum tipo de explicação sobre os sistemas de governo, perguntando-se apenas:
"Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo, ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito?".

*Brasil. Plebiscito de 1993*

# 5. Grau de conhecimento

**Pergunta:** Por favor, diga-me o que acha que vem a ser o regime de presidencialismo? E o que vem a ser o regime de parlamentarismo?
Por favor, diga-me o que acha que vem a ser República?E o que vem a ser Monarquia?

**Tabela 5.1**
**Grau de conhecimento sobre sistemas e regimes de governo**
**Brasil**
**nov/1987-jan/1993**

(Em %)

| | Parlamentarismo | | Presidencialismo | | República | | Monarquia | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | nov/87 | jan/93 | nov/87 | jan/93 | nov/87* | jan/93 | nov/87* | jan/93 |
| Define bem | 12 | 19 | 22 | 24 | – | 4 | – | 13 |
| Idéias vagas | 6 | 6 | 3 | 6 | – | 3 | – | 4 |
| Não sabe responder | 82 | 75 | 75 | 70 | – | 93 | – | 83 |

**Fonte:** IBOPE.

***Observação**

Na pesquisa de 1987, a pergunta não foi formulada .

**Pergunta:** No próximo dia 21 de abril haverá dois plebiscitos nacionais que são consultas à população para a escolha do regime de governo e sistema de governo. Se o plebiscito sobre o sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo?

**Tabela 5.2**
**Preferência por sistema de governo,de acordo com o conhecimento**
**(resposta estimulada e única)**
**Brasil**
**dez/1992**

(Em %)

| | Total | Sabe distinguir os sistemas/Tem noções corretas | Sabe definir apenas um /Tem noções corretas de um dos sistemas | Não sabe distinguir os sistemas/Tem noções erradas de ambos |
|---|---|---|---|---|
| Parlamentarismo | 38 | 58 | 47 | 31 |
| Presidencialismo | 35 | 37 | 38 | 35 |
| Outras respostas | 1 | – | 1 | 0 |
| Nenhum dos dois | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Não sabe | 25 | 5 | 14 | 32 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |
| | (2.500) | (647) | (297) | (1.541) |

Fonte: Datafolha 1.

**Pergunta:** Se o plebiscito sobre regime de governo fosse hoje, você votaria a favor da República ou da Monarquia?

**Tabela 5.3**

**Preferência por regime de governo, de acordo com o grau de conhecimento (resposta estimulada e única)**
**Brasil**
**fev/1993**

(Em %)

| | Total | Sabe distinguir os regimes/Tem noções corretas | Sabe definir apenas um /Tem noções corretas de um dos regimes | Não sabe distinguir os regimes/Tem noções erradas de ambos |
|---|---|---|---|---|
| República | 69 | 85 | 70 | 65 |
| Monarquia | 10 | 8 | 16 | 8 |
| Outras respostas | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Nenhum dos dois | 1 | 1 | 2 | 1 |
| Não sabe | 20 | 5 | 11 | 25 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |
| | (2.500) | (503) | (250) | (1.726) |

**Fonte:** Datafolha 1.

**Pergunta:** Você poderia dizer qual é a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo?

**Tabela 5.4**

**Grau de conhecimento sobre sistemas de governo (repostas espontâneas e múltiplas)**
**Brasil**
**dez/1992**

(Em %)

| Parlamentarismo | |
|---|---|
| – Quem governa é o Congresso/quem decide são os parlamentares (sem dividir o poder com o presidente ou primeiro-ministro) | 10 |
| – O poder está mais dividido/governo em conjunto | 5 |
| – Quem governa o país é o primeiro-ministro (sem dividir o poder com o presidente) | 5 |
| – Tem um primeiro-ministro (sem especificar o grau de poder) | 2 |
| – O primeiro-ministro governa com o Congresso Nacional/parlamentares | 2 |
| – O presidente é uma figura simbólica/o presidente tem pouco poder | 2 |
| – O presidente divide o poder com o Congresso Nacional | 1 |
| – O presidente divide o poder com o primeiro-ministro | 1 |
| Outras respostas corretas | 5 |
| Respostas incorretas | 6 |
| Não sabe | 66 |

(continua)

| | (Em %) |
|---|---|
| Presidencialismo | |
| – Poder total do presidente (o presidente manda e rege sozinho o país) | 9 |
| – Poder do presidente (não especificado se total ou maior) | 8 |
| – Poder maior do presidente/Tem mais autoridade | 5 |
| – O presidente é escolhido pela população, pelo povo/Eleições diretas | 4 |
| – O presidente governa com o Congresso | 2 |
| – É o atual sistema/Igual ao que existe hoje no país | 2 |
| Outras respostas corretas | 7 |
| Respostas incorretas | 5 |
| Não sabe | 61 |
| Total | (2.500) |

**Fonte:** Datafolha 1.

**Pergunta:** Você poderia dizer qual é a diferença entre República e Monarquia?

**Tabela 5.5**
**Grau de conhecimento sobre regimes de governo**
**(respostas espontâneas e múltiplas)**
**Brasil**
**fev/1993**

| | (Em %) |
|---|---|
| República | |
| – O presidente é eleito pelo povo/voto popular | 7 |
| – O presidente manda no país/o presidente é o chefe do Estado | 6 |
| – É mais democrático/Liberdade de expressão | 4 |
| – É o regime atual/governo atual do país | 4 |
| – Sistema de governo com o presidente e o Congresso Nacional | 2 |
| – Regido pelo presidente e seus ministros e assessores | 1 |
| Outras respostas corretas | 3 |
| Respostas incorretas | 4 |
| Não sabe | 71 |
| Monarquia | |
| – Existe o rei/o monarca/a Coroa/governo de reis | 13 |
| – Poder absolutista/só o rei governa | 6 |
| – Poder hereditário/vitalício/família real | 6 |
| – O governante não é eleito/não há participação popular | 1 |
| Outras respostas corretas | 4 |
| Repostas incorretas | 7 |
| Não sabe | 69 |
| Total | (2.500) |

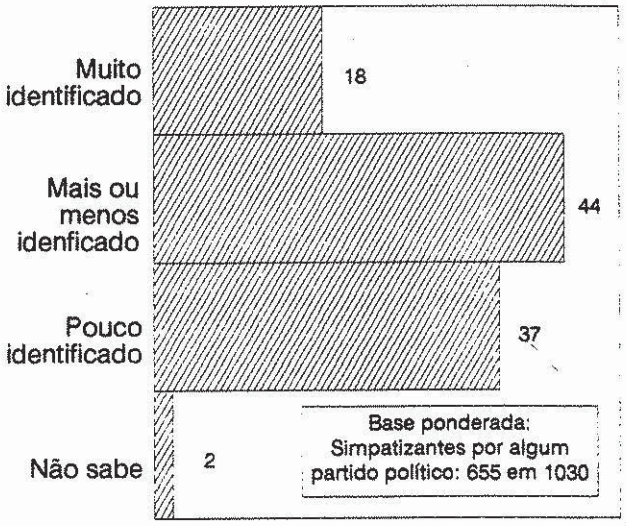
**Fonte:** Datafolha 1.

*Dados gerais*

# 6. Cultura política

**Gráfico 6.1**
**Identificação partidária**
**Cidades de São Paulo**
**e Rio de Janeiro**
**1991**

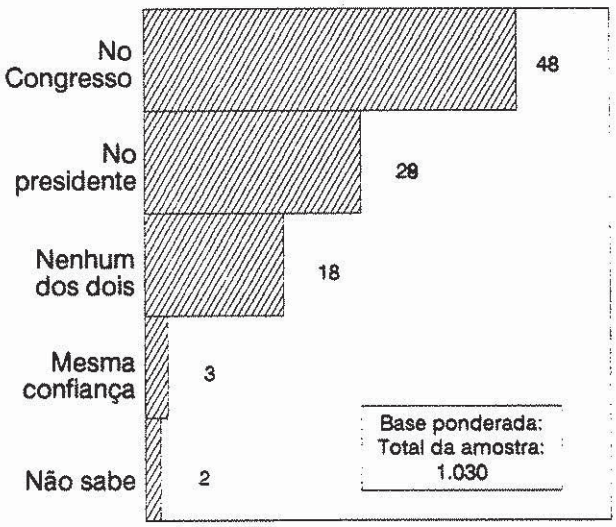
(Em %)




Fonte: IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.2**
**Grau de confiança**
**Cidades de São Paulo**
**e Rio de Janeiro**
**1991**

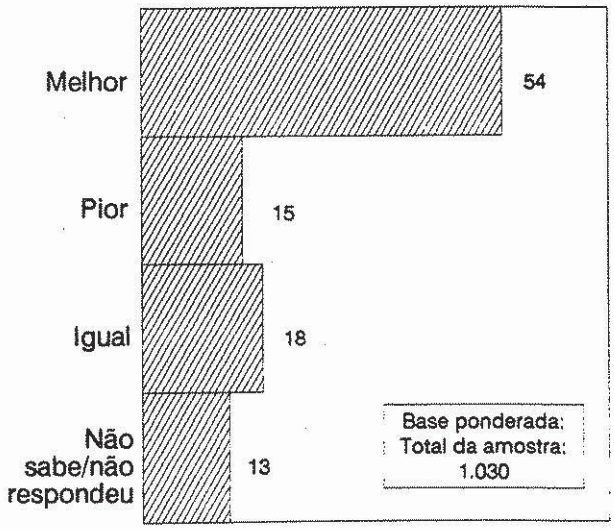
(Em %)




Fonte: IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.3**
**Desempenho do Congresso se houvesse representação distrital**
**Cidades de São Paulo**
**e Rio de Janeiro**
**1991**

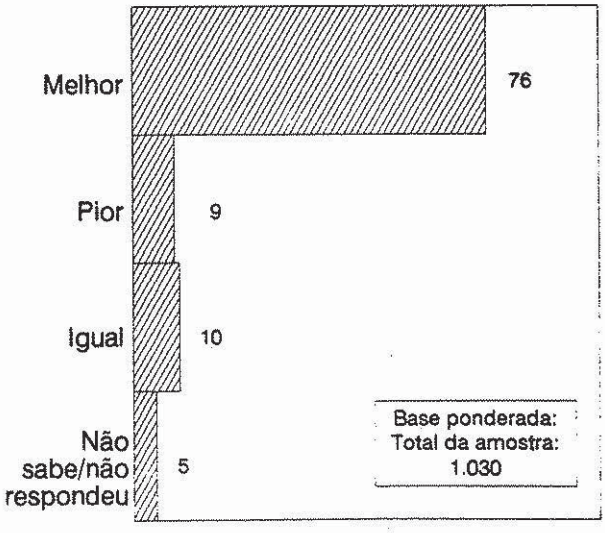
(Em %)




Fonte: IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.4**
**Desempenho do Congresso se houvesse menos partidos**
**Cidades de São Paulo**
**e Rio de Janeiro**
**1991**

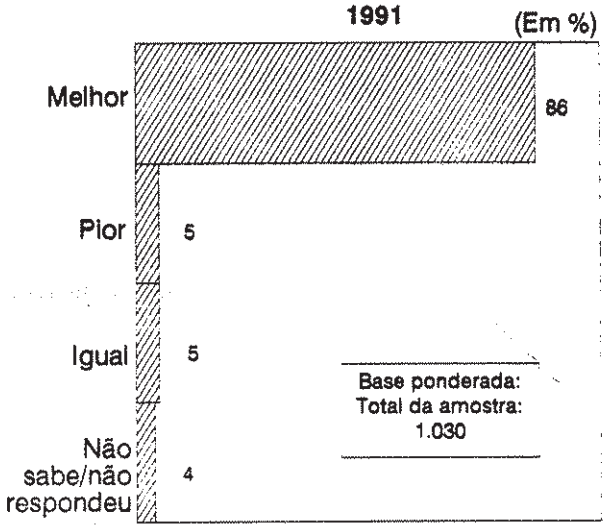
(Em %)




Fonte: IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.5**

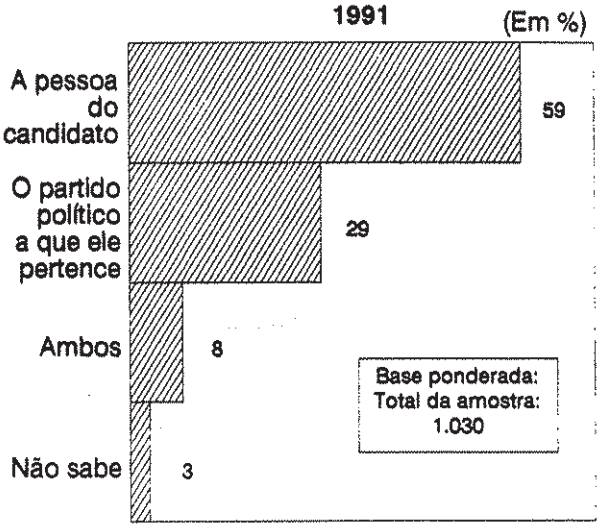
**Desempenho do Congresso, caso o eleitorado pudesse cassar mandato Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro 1991**




**Fonte:** IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.6**

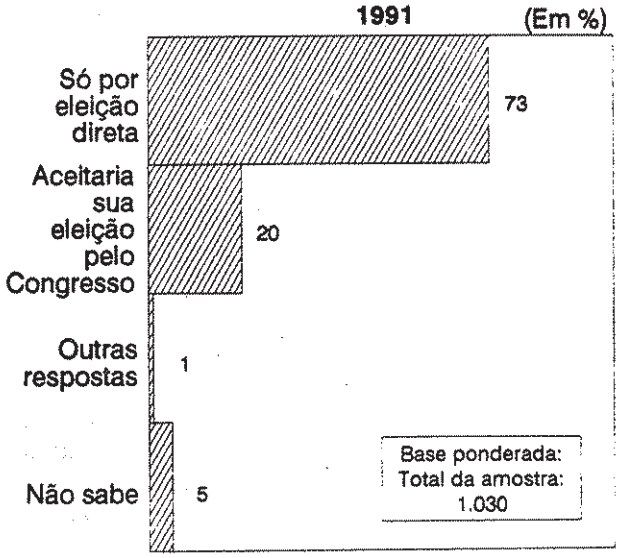
**Aspecto mais importante na escolha do presidente Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro 1991**




**Fonte:** IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.7**

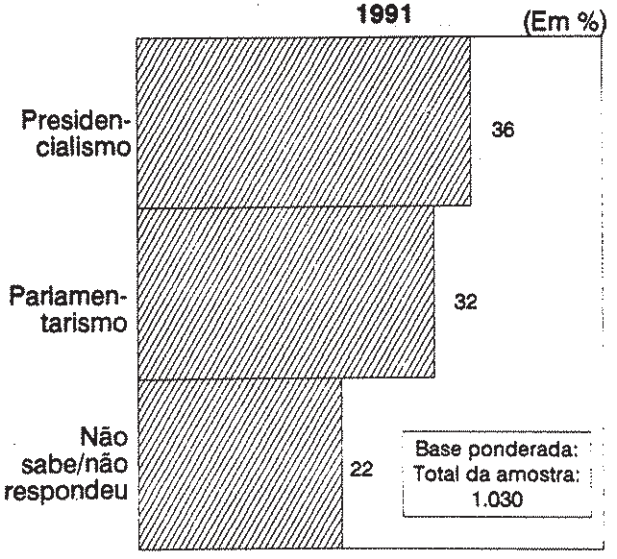
**Forma da eleição do presidente, num regime parlamentarista Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro 1991**




**Fonte:** IDESP/Datafolha.

**Gráfico 6.8**

**Preferência por sistema de governo Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro 1991**




**Fonte:** IDESP/Datafolha.

**Pergunta:** O(a) Sr.(a) acha que a iniciativa para resolver os grandes problemas do país devem ser tomadas principalmente pelos:

**Tabela 6.1**
**Opiniões sobre quem deve tomar iniciativas**
**Brasil**
**abr/1991-abr/1992**

(Em %)

| | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 |
|---|---|---|---|---|
| Presidente deve tomar iniciativas | 68 | 60 | 59 | 55 |
| Senadores e deputados devem tomar iniciativas | 23 | 30 | 29 | 31 |
| Não sabe/não opinou | 9 | 10 | 12 | 14 |
| Total | (3.650) | (3.650) | (3.650) | (3.650) |

**Fonte:** IBOPE.

**Pergunta:** Pensando no poder da Presidência da República e do Congresso Nacional (composto pelos senadores e deputados federais) na tomada de decisões para resolver os problemas nacionais o(a) Sr.(a) diria que:

**Tabela 6.2**
**Opiniões sobre quem deve decidir**
**Brasil**
**set/1987-dez/1987**

(Em %)

| | set/87* | nov/87 | dez/87 |
|---|---|---|---|
| Presidente deve ter mais poder de decisão | 25 | 35 | 36 |
| Senadores e deputados devem ter mais poder de decisão | 11 | 7 | 11 |
| Presidência e Congresso devem ter o mesmo poder | 50 | 45 | 35 |
| Não sabe/não opinou | 14 | 13 | 18 |

**Fonte:** IBOPE.

***Observação**

Na pesquisa de set/87, a pergunta foi:
"Com relação ao papel da Presidência da República e do Congresso Nacional (composto pelos senadores e deputados federais) o(a) Sr.(a) diria que: a Presidência da República deve ter um papel mais importante; os deputados federais e senadores devem ter um papel mais importante; ou a Presidência da República e os deputados federais e senadores devem ter a mesma importância?".

**Tabela 6.3**
**Temas prioritários para a Constituição brasileira**
**Brasil**
**março-maio/1987**

(Em %)

| | mar/87 | mai/87 |
|---|---|---|
| – Ensino gratuito só para quem não tem recursos | 46 | 53 |
| – Melhoria de distribuição de renda no país | 40 | 40 |
| – Reforma agrária | 38 | 34 |
| – Pena de morte | 30 | 25 |
| – Controle da natalidade | 17 | 19 |
| – Direito de greve | 13 | 13 |
| – Liberdade de informação | 12 | 12 |
| – Liberdade sindical | 12 | 9 |
| – Distribuição do poder entre os governos federal, estadual e municipal | 10 | 10 |
| – Limitação do poder do Estado de intervir na economia | 8 | 8 |
| – Manutenção ou não do ensino particular no país | 7 | 9 |
| – Aborto | 5 | 6 |
| – Escolha entre o parlamentarismo e o presidencialismo | 4 | 5 |
| – Voto distrital | 3 | 3 |
| – Papel das Forças Armadas | 3 | 2 |
| Nenhum desses | 0 | 1 |
| Não sabe | 10 | 10 |
| Não opinou | 1 | 1 |

**Fonte:** IBOPE.

# 7. Fichas técnicas

## Coleção IBOPE – Pesquisas Especiais/1942-73

**Tabelas 1.1 e 1.2**

**Data:** janeiro/1962.

**Amostra:** estratificada segundo discriminação por sexo.

**Universo:** 502 indivíduos de Brasília.

**Tabelas 1.3 e 1.4**

**Data:** maio/1962.

**Amostra:** estratificada por sexo, categoria sócio-econômica, grupo ocupacional, zonas e distritos eleitorais.

**Universo:** eleitores residentes em municípios de São Paulo e do interior paulista (número: ver **Tabela 1.4**).

**Tabelas 1.5 e 1.6**

**Data:** junho/1962.

**Amostra:** estratificada segundo distribuição por sexo, grupo ocupacional e distribuição geográfica.

**Universo:** 300 indivíduos entre eleitores residentes de cada município (São Paulo e interior paulista).

**Tabela 1.7**

**Data:** setembro/1962.

**Amostra:** estratificada segundo distribuição geográfica de eleitores.

**Universo:** 1.534 indivíduos do Estado da Guanabara.

## Gallup

**Universo:** população urbana brasileira acima de 18 anos de idade.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Datas:** | jun/89 | out/89 | abr/91 | jul/91 | out/91 | nov/91 | mai/92 | nov/92 |
| **Tamanho das amostras:** | 2.643 | 2.868 | 2.687 | 2.754 | 2.901 | 2.763 | 2.675 | 2.692 |

**Tipo de amostra:** estratificada segundo tamanho da cidade, com capitais automaticamente incluídas, atingindo 220 municípios (para nov/92, 206 municípios) e selecionada em estágios múltiplos.
Entrevistas domiciliares.

## IBOPE

**Universo:** eleitores com 16 anos ou mais, população urbana e rural.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Datas:** | mar/87 | mai/87 | nov/87 | dez/90 | abr/91 | ago/91 | fev/92 | abr/92 | out/92 | nov/92 | jan/93 |
| **Tamanho das amostras:** | 5.000 | 5.000 | 1.600 | 3.650 | 3.650 | 3.650 | 3.650 | 3.650 | 1.217 | 3.650 | 3.650 |
| **Municípios:** | * | * | * | 261 | 261 | 261 | 261 | 261 | 88 | 261 | 261 |

**Tipo de amostra:** estratificada com alocação proporcional ao número de eleitores em cada estrato (Estados), onde são selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios. No último estágio de seleção são utilizadas quotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas.
Entrevistas domiciliares individuais.

* Informações não disponíveis para março, maio e novembro de 1987.

## Datafolha 1

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Universo:** | população brasileira acima de 16 anos de idade. | | | | |
| **Datas:** | set/91 | fev/92 | jul/92 | dez/92 | fev/93 |
| **Tamanho da amostra:** | 2.500 | 2.500 | 2.558 | 2.500 | 2.500 |
| **Tipo de Amostra:** | Amostra estratificada por região, tamanho da população do município, com quotas de sexo e idade, selecionada em estágios múltiplos, atingindo o mínimo de 122 e o máximo de 156 municípios.<br>Entrevistas individuais em pontos de fluxo populacional. | | | | |

## Datafolha 2

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Universo:** | população acima de 18 anos de idade (out/87 e jan/88) e acima de 16 anos de idade (abr/91 a fev/93), nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Brasília. Para dez/92 e fev/93, Belém e Brasília foram substituídas por Campo Grande e Goiânia. | | | | | | | |
| **Datas:** | out/87 | jan/88 | abr/91 | set/91 | fev/91 | set/92 | dez/92 | fev/93 |
| **Tamanho das amostras:** | 5.190 | 5.221 | 5.149 | 2.505 | 1.041 | 595* | 4.917 | 491* |
| **Tipo de amostra:** | selecionada por quotas de sexo e idade.<br>Entrevistas individuais em pontos de fluxo populacional. | | | | | | | |

* Amostras extraídas da amostra de pesquisa nacional.

## IDESP/Datafolha

| | | |
|---|---|---|
| **Universo:** | população acima de 16 anos de idade, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. | |
| **Datas:** | São Paulo: | 27 e 28/jul/91; 3, 4 e 10/ago/1991. |
| | Rio de Janeiro: | 27 e 28/jul/91. |
| **Tamanho da amostra:** | São Paulo | 632 entrevistas. |
| | Rio de Janeiro | 398 entrevistas. |
| **Tipo de amostra:** | Estratificada por sexo e idade, com entrevistas distribuídas em 60 pontos com controle por área homogênea e zona geográfica para São Paulo e em 50 pontos segundo peso de cada zona homogênea e zona geográfica para Rio de Janeiro, com entrevistas de tipo domiciliar com sorteio aleatório. | |

*Níveis de conceituação: do abstrato ao aleatório*

# Desigualdade educacional e plebiscito

**Márcia Cavallari Nunes***
**Silvia Penteado Cervellini****

A grande desigualdade educacional no Brasil justifica uma preocupação com os efeitos da baixa escolaridade no processo de escolha do melhor sistema e forma de governo para o país. Diversos estudos sobre os fenômenos de opinião pública já abordaram essa questão, apontando para uma forte relação entre educação formal e capacidade de absorção e compreensão de temas que, apesar de serem de interesse público, não fazem parte do dia-a-dia da maioria da população.

Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior é sua possibilidade de formar um sistema de crenças abrangente, baseado em abstrações que servem como referência para o seu entendimento sobre assuntos políticos e tomada de posição em relação a temas específicos. Por outro lado, pessoas com nível de escolaridade mais baixo utilizam-se de outros mecanismos para tomarem posição sobre objetos políticos, pois não tem instrumental necessário para organizar suas idéias de forma tão estruturada.

O objetivo deste artigo é indicar prováveis *conseqüências* dessas desvantagens cognitivas na formação da opinião pública brasileira com respeito ao plebiscito, levantando os caminhos que uma grande parcela do eleitorado poderá tomar para enfrentar a complexa tarefa de escolher qual o sistema e forma de governo que devem ser adotados no Brasil. Neste artigo não se pretende avançar nenhuma conclusão definitiva, mas sim levantar algumas hipóteses que gerem uma reflexão mais profunda sobre os problemas apontados. Esse é o início de um processo e somente análises futuras poderão testar tais hipóteses de forma conclusiva.

* Estatística e pós-graduada em Ciência Política. Diretora da Divisão de Pesquisa de Opinião Pública e Política do IBOPE.

** Cientista social e pós-graduada em Ciência Política.
Gerente de Projetos da Divisão de Opinião Pública e Política do IBOPE.

### Níveis de conceituação e educação formal

A análise de dados quantitativos de pesquisas de opinião pública utiliza variáveis demográficas e atitudinais para tentar explicar diferenças de opinião ou comportamento entre subgrupos das populações estudadas. O nível de escolaridade do entrevistado, por seu significado social, é uma das variáveis explicativas mais freqüentemente utilizadas pelos analistas.

A importância da variável educacional, porém, vai muito além desse potencial explicativo de diferenças de opinião. A formação escolar é, na verdade, um dos fatores determinantes da capacidade de um indivíduo organizar as informações que coleta durante sua vida, de forma a facilitar tarefas que demandem algum tipo de conexão ou sistematização de um conjunto de informações isoladas.

A importância da formação escolar foi apontada em *The American Voter*,[1] um trabalho pioneiro da ciência política que utiliza basicamente dados de pesquisas de opinião pública. Analisando respostas dadas a perguntas exploratórias sobre o que o entrevistado gostava e não gostava nos partidos Democrata e Republicano, os autores classificaram o eleitorado americano segundo uma escala de "Níveis de Conceituação". Tal escala corresponde a diferentes níveis de sofisticação na organização de idéias sobre assuntos políticos, desde o nível mais abstrato e articulado até o mais imediatista e aleatório, ou seja, de um nível de raciocínio mais estruturado até outro sem nenhuma estruturação. Os vários subgrupos dessa escala poderiam ser descritos sumariamente da seguinte forma:

- Nível 1 – Indivíduos que se baseiam em pontos de referência abstratos para construir um sistema no qual classificam e organizam os objetos políticos no presente e ao longo do tempo.
- Nível 2 – Indivíduos que se baseiam nos interesses de grupos sociais para formarem opiniões sobre assuntos políticos considerando suas percepções sobre efeitos positivos, negativos ou indiferentes para os grupos.
- Nível 3 – Indivíduos que evocam percepções difusas ligando os objetos políticos à idéia de "tempos bons" e "tempos ruins" ou, no extremo oposto, que se referem a um único evento isolado considerado positivo ou negativo, sem relacioná-lo a nenhuma outra informação.
- Nível 4 – Finalmente, indivíduos que formam suas opiniões sem nenhuma referência lógica, baseando-se somente em fatores emocionais.

Analisando o cruzamento entre esses níveis de conceituação e grau de escolaridade, verificou-se uma alta correlação entre ambas as variáveis. Educação formal, porém, não foi a única variável com poder explicativo para as diferenças de nível de conceituação. Os autores constataram que quanto mais envolvido e informado sobre política, mais sofisticado o raciocínio do indivíduo, mesmo considerando indivíduos de um mesmo segmento educacional.

A idéia de segmentação da opinião pública em termos de capacidade de abstração é aprofundada por Philip Converse em "The Nature of Belief Systems in Mass Publics",[2] em que o autor descreve as fontes para que um indivíduo crie uma consistência interna nas suas idéias. Entre essas fontes, Converse aponta para a difusão social de "pacotes" de idéias, já interligadas entre si. Esses conjuntos seriam difundidos a partir de grupos minoritários, procurando fornecer à massa o que Converse chama de "o que vai com o que?" e "por quê?", ou seja, as bases dos sistemas de crenças. O autor sustenta que a qualidade da informação passada de um grupo para outro tende a cair, e o que chega para a massa é um resíduo simplificado do sistema de crenças original. Esse resíduo seria caracterizado pela utilização quase que unicamente de ligações simples entre um objeto e outro, sem um aprofundamento das razões de tais ligações. A diferença entre elites e massa é expressa por Converse da seguinte forma:

> "(...) conforme se move para baixo nessa escala de complexidade de informação, a consistência declina entre as idéias-elemento e a abrangência dos sistemas de crenças diminui. Ao invés de alguns poucos sistemas de crenças abrangentes, que organizam grandes quantidades de informação, é de se esperar que encontremos uma proliferação de *clusters* de idéias com pequena consistência entre elas, inclusive com freqüentes desvios de consistência lógica.
> Ao mesmo tempo, movendo-se do topo para a base dessa dimensão de informação, o caráter dos objetos que são centrais nesses sistemas de crenças sofrem mudanças sistemáticas. Esses objetos passam do nível remoto, genérico e abstrato para um nível simples, concreto e próximo do dia-a-dia. Onde potenciais objetos políticos estão em questão, essa progressão vai passando de princípios ideológicos e abstratos para aqueles ligados a interesses de grupo, líderes carismáticos e finalmente para objetos de experiência imediata, como família, trabalho e pessoas próximas."[3]

A elite, portanto, seria beneficiada por já ter um instrumental que lhe permita entender os "porquês" das ligações entre idéias isoladas, baseando-se em abstrações, que só são possíveis para indivíduos com treinamento para um raciocínio abstrato. Converse explica que essa capacidade, por sua vez, traz uma grande economia para o indivíduo na tarefa de armazenar novas informações, pois elas são imediatamente relacionadas ao conjunto.

Levando em consideração tais teorias, constata-se que a opinião pública sofre de uma desigualdade interna na capacidade de assimilação e compreensão de assuntos políticos. Essa desigualdade resulta basicamente da diferenciação entre indivíduos em termos educacionais, mas pode, em certa medida, ser compensada por interesse individual em tais assuntos ou áreas correlatas ou por um acúmulo de informações pré-organizadas sobre os mesmos.

No dia-a-dia, entretanto, verifica-se um grave círculo vicioso: o indivíduo com baixa escolaridade tem dificuldades para armazenar e organizar informações a respeito de assuntos que não fazem parte da sua experiência cotidiana. A falta de informação tende a gerar um desinteresse pelo tema, pois lhe é muito custoso pensar a respeito de algo que ele não consegue compreender, e assim por diante...

As implicações de tais conclusões para a análise de dados de opinião pública no Brasil são imediatas. Em nossas amostras nacionais, cerca de 50% dos entrevistados incluem-se na faixa de escolaridade mais baixa (até 4ª série do primeiro grau completa). Considerando-se essa falta de educação formal, pode-se supor que grande parte desse contingente seja classificado nos níveis mais baixos de conceituação e, conseqüentemente, apresente baixa consistência ideológica ou mesmo lógica entre suas atitudes e opiniões sobre assuntos políticos.

Nesse quadro teórico, justifica-se a preocupação sobre quais os mecanismos que essa parte do eleitorado vai utilizar para fazer a sua escolha entre os sistemas e as formas de governo.

### Interesse e informação

Como foi visto, a motivação e a qualidade da informação que um indivíduo ou grupo de indivíduos possui em relação a um determinado tema pode aumentar sua capacidade de compreensão, de forma articulada, sobre tal tema ou correlatos. Entretanto, a complexidade das questões envolvidas no plebiscito e sua distância do cotidiano da população em geral não deixam espaço para otimismo sobre a possibilidade de que o nível de informação e interesse do eleitorado a respeito seja suficiente para contrabalançar as limitações cognitivas.

Em 1987, em pesquisa de âmbito nacional, foi mensurado o grau de importância atribuído a alguns temas que deveriam ser incluídos na nova Constituição do Brasil. A lista fornecida aos entrevistados continha 15 temas, entre os quais, a escolha entre parlamentarismo ou presidencialismo. No *ranking* de prioridades da população brasileira, tal tema aparece em 12º lugar, com apenas 4% e 5% de citações, respectivamente em março e maio (**Tabela 6.3**, p. 41). Esses dados sugerem algumas hipóteses: havia então uma falta de interesse pelo tema, havia uma falta de informação sobre o tema ou, no leque de opções fornecido, os outros temas, no momento, seriam realmente mais urgentes e importantes. De qualquer maneira, tratava-se de um tema sem saliência para a grande maioria dos eleitores.

Em outra pesquisa nacional recente (janeiro de 1993), foi obtida uma outra medida de interesse pelo plebiscito, através do levantamento da vontade dos eleitores em ir votar. Constatou-se que pouco mais de um terço do eleitorado, 37%, tinham muita vontade de votar no plebiscito, contra 58% que declaram ter pouca ou nenhuma vontade.

Somando-se à falta de interesse pelo tema revelada pela maioria dos eleitores, observa-se também um baixo nível de informação sobre as questões envolvidas no plebiscito. Na mesma pesquisa, 57% declaram-se mal ou nada informados sobre as diferenças entre o presidencialismo, parlamentarismo republicano e parlamentarismo monárquico. Conforme poderia se esperar, entre os entrevistados com até a 4ª série do primeiro grau esse índice sobe para 67%, contra 23% entre aqueles com nível superior.

Outras duas pesquisas, de novembro de 1987 e janeiro de 1993, solicitavam aos entrevistados uma definição sucinta sobre os sistemas: parlamentarista e presidencialista. Além disso, na mais recente, perguntou-se o significado das formas de governo: República e Monarquia. Apesar de o tema estar presente na agenda política do país com maior intensidade e exposição, o resultado não foi muito diferente daquele encontrado em 1987. No máximo, um quarto dos eleitores conseguiram mencionar pelo menos uma idéia correta ao tentar definir parlamentarismo, presidencialismo, Monarquia e República, o que indica claramente a falta de informação a respeito (**Tabela 5.1**, p. 35).

Além disso, as idéias mais citadas para definir cada termo caracterizavam-se por uma simplificação, em que é identificado apenas "quem manda" em cada situação, como, por exemplo, "o presidente" no presidencialismo e o "primeiro-ministro" no parlamentarismo. Trata-se, portanto, de um nível bem básico de conceituação, que personifica os sistemas e formas de governo, concretizando-os. A dificul-

dade em compreender tais termos por meio de abstrações é ainda ilustrada pelo fato de que a República é a forma de governo com menor percentual de acerto de definições, provavelmente por se tratar de um conceito para o qual é mais difícil aplicar o recurso da personificação, em comparação com a Monarquia.

Através da análise da série histórica de preferências do eleitorado por um ou outro regime, observam-se outros dados relevantes para ilustrar a falta de informação do eleitorado sobre as questões do plebiscito. Em primeiro lugar, durante todo o período observado (dezembro de 1990 a novembro de 1992), há um grande contingente que declara não ter opinião formada a respeito (**Tabela 4.5**, p. 33). Em segundo lugar, as curvas demonstram que através de formulações diferentes da questão obtém-se oscilações significativas nas respostas.

Por razões diversas, foram usadas duas versões diferentes de questionário para medir a preferência por parlamentarismo ou presidencialismo. As pesquisas realizadas em dezembro de 1990, outubro de 1992 e novembro de 1992 não explicavam o que seriam os dois sistemas de governo e formulava diretamente a pergunta da seguinte maneira:

> "Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil? Presidencialismo, parlamentarismo, ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito?".

As demais continham uma breve explicação:

> "Em 1993 haverá uma consulta popular sobre a maneira como o Brasil será governado de 1994 em diante. A população brasileira escolherá entre o presidencialismo, que é o sistema de governo em que o país é governado por um presidente eleito pelo povo, e o parlamentarismo, que é o sistema em que a maioria absoluta do Congresso, escolhe um primeiro-ministro, que governará o país consultando o Congresso. Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil ? Presidencialismo, parlamentarismo ou o(a) Sr.(a) não tem opinião formada a respeito ?" (**Tabelas 4.5** e **4.6**, pp. 33-34).

Os resultados observados de dezembro de 1990 até novembro de 1992 mostram claramente o efeito do fornecimento ou não da informação na oscilação dos percentuais de "Não tem opinião formada/Não opinou". Essas diferenças ocorrem em todos os segmentos educacionais, mas esse efeito é mais evidente entre aqueles com nível educacional mais baixo. De fato, entre os menos escolarizados, os percentuais dos que se declaram sem opinião aumentam ou diminuem em média 20 pontos, enquanto no segmento de maior escolaridade essa variação é em média de 3 pontos percentuais.

Em termos gerais, portanto, esses dados sugerem que grande parte da população não se sente suficientemente segura para decidir sobre tal questão. Ainda mais preocupante é o fato de que ao se depararem com uma "versão" do que sejam os regimes, dependendo do nível educacional, uma parcela significativa passe a opinar a respeito. Pode-se supor que uma escolha feita nessas bases não resulte de uma reflexão profunda sobre o tema e que não apresente um grau elevado de consistência.

Durante a campanha para o plebiscito, é de se esperar que os eleitores sejam expostos a diversas versões sobre cada sistema ou forma de governo, que provavelmente não se guiarão exclusivamente por critérios objetivos. Resta saber se os eleitores, que *a priori* não se sentem preparados para opinar a respeito, vão "comprar" uma das versões ou vão continuar se declarando, de alguma forma, incapazes de proceder à tal escolha.

### Limitações cognitivas e decisão

Além do efeito potencial das "versões" apresentadas aos eleitores, a análise da série histórica das preferências entre os sistemas de governo aponta para outras tendências preocupantes.

Em primeiro lugar, é contundente a relação observada entre grau de escolaridade e ausência de opinião sobre o tema (**Tabela 4.5**, p. 33). Na última pesquisa, de novembro de 1992, o percentual dos entrevistados sem opinião cai de 65% entre os menos escolarizados para 13% entre aqueles com nível superior completo ou incompleto. Mesmo quando usado o enunciado contendo a explicação sobre os sistemas, essa relação continua sendo significativa, 49% no segmento educacional mais baixo contra 14% no mais elevado (abril de 1992).

Quando os resultados são recalculados, desconsiderando-se os grupos sem opinião, aparece a diferenciação de preferências por grau de escolaridade. A escolha do presidencialismo cresce sistematicamente à medida que se desce na escala educacional (**Tabela 4.6**, p. 34). Ao longo do período analisado, observa-se uma diminuição da preferência pelo presidencialismo, com uma queda mais abrupta em outubro de 1992. É provável que essa queda seja decorrente do processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, o que teria refletido negativamente na imagem do presidencialismo.

Nos dois extremos da escala educacional, no entanto, essa queda do presidencialismo não chega a inverter a direção da opinião da maioria de cada

segmento. Para os entrevistados com até a 4ª série do primeiro grau, o presidencialismo mantém-se como escolha majoritária, mas com uma vantagem muito pequena se comparada àquelas anteriores a outubro. Entre os entrevistados com nível superior, o parlamentarismo é o sistema escolhido pela maioria, e sua vantagem sobre o presidencialismo passa de 14 para 48 pontos percentuais de abril para outubro de 1992. Somente nos segmentos intermediários de escolaridade ocorre uma "virada" pró-parlamentarismo em outubro de 1992, confirmada na pesquisa de dezembro.

Apesar da preferência pelo presidencialismo observada no segmento de menor escolaridade, as teorias e os dados apresentados anteriormente nos permitem levantar dúvidas sobre a consistência da direção dessa opinião. Analisando novamente os dados da **Tabela 4.5** (p. 33) para esse segmento específico, percebe-se que o efeito do fornecimento da explicação na pergunta sobre os sistemas favorece somente o presidencialismo: a preferência por esse sistema de governo aumenta à medida que diminui o percentual dos "sem opinião", enquanto a opção pelo parlamentarismo se mantém constante ao longo de todo o período.

Apesar de não estarmos lidando com pesquisas do tipo Painel (em que as mesmas pessoas são reentrevistadas ao longo de um período para verificar mudanças individuais de opinião), é possível supor que um grupo de entrevistados, a princípio sem opinião, tende a escolher o presidencialismo quando a pergunta fornece uma breve explicação sobre os sistemas. De acordo com a suposição de que o segmento menos escolarizado é o que possui um nível de conceituação mais baixo, a transferência para o presidencialismo, quando é fornecida a explicação, resultaria do fato desse sistema fazer parte do universo de experiências diretas do grupo em questão. Assim, esses entrevistados, que a princípio não eram capazes de emitir uma opinião por não terem um sistema de crenças estruturado a ponto de dar conta dessa problemática, enfrentam a tarefa baseando sua escolha em fatores imediatistas, concretos e mais próximos ao seu cotidiano.

Além desse processo de escolha, baseado numa ligação simples com o que é mais conhecido pelo entrevistado, outro mecanismo pode estar atuando em um nível de conceituação um pouco mais alto: uma associação do presidencialismo a períodos percebidos como "bons" ou "ruins". Dessa maneira, não estaria descartada a hipótese de que uma recuperação da imagem do governo federal com a posse de Itamar Franco faça com que a preferência pelo presidencialismo no segmento menos escolarizado volte a crescer.

Portanto, ao nosso ver, as opiniões emitidas pela maior parte dos menos escolarizados são formadas através de mecanismos que não refletem uma consistência interna de atitudes e, conseqüentemente, não asseguram sua estabilidade, estando sujeitas a influências externas diversas. Entre essas influências podem se destacar as posições expressas pelos meios de comunicação, as várias formas de campanha de cada frente política, o desempenho administrativo do presidente Itamar Franco, o desempenho do Congresso Nacional e o nível de popularidade dos líderes que estiverem defendendo um ou outro sistema.

É importante ressaltar que tais mecanismos de escolha apontados no grupo menos escolarizado também podem ocorrer nos demais grupos, pois em cada um podem existir indivíduos cujo nível de conceituação seja baixo devido a uma total falta de interesse e informação sobre assuntos políticos. Apesar de a educação formal fornecer a essas pessoas o instrumental necessário para a formação de um sistema de crenças bem estruturado, elas não teriam nenhuma motivação para fazê-lo. É claro que a incidência de tais mecanismos deve diminuir significativamente conforme se passa de um extremo a outro da escala educacional, sendo praticamente nula entre aqueles com nível superior.

Da mesma forma, nos segmentos menos escolarizados, pode existir um pequeno subgrupo cujo nível de conceituação é alto o suficiente para embasar uma opinião consistente e, portanto, estável ao longo do tempo. Esse subgrupo estaria compensando a falta de formação escolar por um interesse e nível de informação acima da média. A constância dos percentuais obtidos pelo parlamentarismo neste grupo pode ser um exemplo desta tendência.

Entre os mais escolarizados, considerando que a escolha sobre o sistema de governo se realize num nível de conceituação mais elevado e que seus patamares de ausência de opinião são baixos, pode-se supor que as mudanças de opinião ocorridas ao longo do tempo neste segmento, sejam mudanças reais de atitudes (**Tabelas 4.5** e **4.6**, pp. 33-34).

Na verdade, a diferença básica entre os extremos da escala educacional, em termos da sua escolha entre os dois regimes, diz respeito ao processo de formação e mudança de atitudes. A inexistência de uma atitude significa que o indivíduo nunca teve uma experiência com o objeto ou simplesmente nunca pensou de forma crítica a respeito. Entre a grande maioria dos menos escolarizados, portanto, pode-se dizer que há uma ausência de atitudes com relação ao objeto em questão – qual o melhor sistema de governo para o país –, mas que, agora, estão sendo formadas de forma frágil. Por outro lado, entre

aqueles com nível superior de educação, pode-se dizer que já existia uma estrutura de atitudes básicas em relação aos sistemas de governo, e as mudanças de opinião observadas corresponderiam a uma reavaliação mais sofisticada sobre o tema, levando em conta as novas informações que têm sido fornecidas recentemente e a percepção da relação custo/benefício de cada proposta no atual contexto.

Para questões de tal importância para o país, o ideal seria que as opiniões emitidas resultassem sempre da existência ou da formação de atitudes consistentes, senão da população como um todo, de pelo menos grande parte dela. No atual quadro, porém, o resultado do plebiscito de abril está totalmente em aberto. A informação e o interesse sobre o tema estão restritos basicamente aos segmentos que já apresentam um nível de conceituação elevado e que, portanto, já possuem um sistema de crenças em torno das questões envolvidas no plebiscito. Mas a maior parte do eleitorado estará formando atitudes e emitindo opiniões com base apenas nas informações que lhe serão dadas durante o curto período de campanha. As elites responsáveis pela difusão dessas informações poderão tentar apresentar "pacotes" de idéias estruturadas sobre cada proposta do plebiscito, criando motivação para a busca de novas informações e propiciando a formação de atitudes mais consistentes e estáveis.

Outra possibilidade é que as campanhas respondam somente aos níveis mais baixo de conceituação, utilizando argumentos de caráter emocional e imediatista, gerando uma forte instabilidade da opinião pública até o momento do plebiscito. E, finalmente, existe também a chance de que durante esse período não ocorra nenhuma mudança significativa do quadro atual e a decisão sobre o melhor sistema de governo seja feita principalmente com base nos mecanismos apontados anteriormente, caracterizando o processo de escolha típico do nível de escolaridade mais baixo.

**Notas**

1. Cf. Campbell, Angus et alii. *The American Voter.* New York: John Wiley & Sons, 1960.
2. Cf. Converse, Philip. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: Apter, David E. *Ideology and Discontent.* New York: Free Press, 1964.
3. Idem, ibid.

*Presidencialismo, parlamentarismo*

# Ou muito pelo contrário?

**Gustavo Venturi***

Entre outubro de 1987 *e* fevereiro de 1993, o **Datafolha** realizou oito *surveys* com o intuito de medir a tendência da opinião pública em relação aos sistemas de governo. Os três primeiros (outubro de 1987 a abril de 1991, **Gráfico 4.2**, p. 30) tiveram por universo a população residente em dez capitais, ao passo que os cinco últimos (setembro de 1991 a fevereiro de 1993, **Gráfico 4.1**, p. 29) tiveram abrangência nacional. Assim, os resultados obtidos aparecem aqui em duas séries históricas, que se distinguem pelo universo que representam.

Além disso, uma alteração na formulação da pergunta – fator da maior relevância para a análise desses dados –, secciona ambas as séries aqui tratadas em dois segmentos: nos seis primeiros levantamentos (até setembro de 1992), investigando *preferência*, a questão apresentada aos entrevistados contrapunha os dois sistemas de governo, exemplificando o presidencialismo com o modelo vigente no país, e o parlamentarismo com uma concepção que remete ao modelo francês, com equilíbrio na divisão de poderes entre presidente e primeiro-ministro. Nos dois últimos levantamentos (dezembro de 1992 e fevereiro de 1993), já investigando *intenção de voto*, os sistemas foram apresentados sem nenhum complemento ou explicação, aproximando a questão à situação com que o eleitor irá se defrontar no momento do plebiscito.

### Parlamentarismo em baixa

Considerando-se a série em dez capitais, a evolução dos resultados no primeiro segmento (presidencialismo = modelo vigente; parlamentarismo = modelo francês), indica a passagem de um relativo equilíbrio ou divisão da população entre os dois sistemas, presente em 1987-88, para uma nítida e crescente preferência pelo parlamentarismo, aferida em 1991-92. No segundo segmento (presidencialismo X parlamentarismo, "a seco"), a supremacia do parlamentarismo é bem menor e decrescente, aumentando significativamente as taxas de entrevistados sem opinião definida (como era de se supor, dado o maior grau de abstração da pergunta).

A evolução dos resultados que tem por universo a população brasileira apresenta, no primeiro seg-

* Sociólogo e Gerente de Pesquisas do **IBOPE**.

mento, as mesmas tendências com menor contraste (preferência clara e crescente pelo parlamentarismo, entre setembro de 1991 e setembro de 1992). No segundo, a opção pelo governo de gabinete também decresce, chegando a perder (ainda que dentro da margem de erro) para a intenção de voto no presidencialismo.

A diminuição e o desaparecimento da vantagem do parlamentarismo, quando comparamos os resultados da série em dez capitais com a série Brasil, deve-se fundamentalmente à diferença entre os graus de escolaridade da população desses universos: na média dos *surveys* avaliados, encontramos com o primeiro grau completo ou menos 55% dos entrevistados nas dez capitais e 64%, no Brasil; e com nível superior, completo ou incompleto, 14% e 9%, respectivamente. Como veremos ao abordar a influência do nível de informação sobre o assunto, a escolarização é uma das principais variáveis determinantes das opções em questão. De qualquer forma, em ambas as séries é enorme a diferença entre as taxas do último levantamento a medir preferência (setembro de 1992) e o primeiro a medir intenção de voto (dezembro de 1992), sobretudo para a alternativa parlamentarista. Assim, é inevitável a questão: essa drástica alteração na curva do parlamentarismo é fruto da mudança na formulação da pergunta ou expressão de uma perda real do seu apelo?

As duas respostas estão corretas, como atesta outra pesquisa realizada pelo **Datafolha** apenas na cidade de São Paulo. O mesmo levantamento de dezembro – que aferiu, em nível nacional, 38% das intenções de voto para o parlamentarismo, contra 35% para o presidencialismo e 44% e 31%, respectivamente, em dez capitais – encontrou 51% a 29% na capital paulista. Uma pesquisa-controle feita em São Paulo na mesma semana, aplicando a formulação anterior, obteve 57% de preferência pelo parlamentarismo contra 28% para o presidencialismo.

Conclusão: a formulação que contrapunha o presidencialismo vigente ao parlamentarismo francês praticamente não alterava a taxa pela opção presidencialista entre os paulistanos, mas favorecia a opção parlamentarista em cerca de seis pontos percentuais, em detrimento dos indecisos. Se admitirmos a extensão de desvio semelhante para o universo nacional, concluiremos que, mantida a pergunta anterior, teríamos obtido em dezembro algo em torno de 44% a 35% para o parlamentarismo (em contraste com os 38% a 35% de intenção de voto aferidos). Ou seja, afastada a diferença por conta da alteração da pergunta, ainda estaríamos diante de uma queda significativa da preferência pelo parlamentarismo – na ordem de dez pontos percentuais –, no curto período de três meses.

**O rei estava nu**

Crescente desde 1987, quando passou a ser objeto de debate na Assembléia Nacional Constituinte, por que a opção pelo parlamentarismo caiu entre setembro e dezembro passados?

Relacionemos às tendências da opinião pública os fatos. A preferência pelo parlamentarismo, que entre setembro de 1991 e fevereiro de 1992 – antes, portanto, das denúncias de Pedro Collor contra PC Farias e envolvendo o então presidente da República, Fernando Collor – permanecia estável em 46%, em nível nacional, saltou para 54% em setembro de 1992. Neste momento, após a Comissão Parlamentar de Inquérito do chamado "esquema PC", o "rei" Fernando já estava nu, e todo o embate político girava apenas sobre a data da votação da abertura do processo de *impeachment* do presidente, se antes ou depois das eleições municipais de 3 de outubro. Foi então que o parlamentarismo obteve a maior vantagem sobre o presidencialismo observada nos levantamentos do **Datafolha** (54% a 28%).

Diante dessa tendência, é lícito supor que se o *impeachment* não tivesse sido aprovado a opção pelo parlamentarismo (inclusive pelo "parlamentarismo-já", ainda sob o governo Collor), se não crescesse, teria ao menos se mantido no patamar elevado em que se encontrava. Em contrapartida, se é verdade que o "Collorgate" deu grande impulso à opção parlamentarista, a aprovação do *impeachment* poderia ter diminuído seu apelo, na medida em que fez desaparecer as injunções políticas que a haviam tornado mais atrativa ou necessária e por ficar demonstrado que o presidencialismo não tem necessariamente a rigidez do "elegeu, não sai até o fim, tem que agüentar", tão apontada por seus críticos. Assim, a queda da tendência pelo parlamentarismo seria fruto do sucesso do *impeachment* de Collor.

Apesar da lógica desse raciocínio, a consideração de outros dados abala seriamente essa hipótese. Ela poderia ser reforçada diante de alguma evidência, por exemplo, de que, premidos pelas circunstâncias, os "neoparlamentaristas" sentiram-se atraídos pela idéia da substituição do governante ruim, processo dado como natural sob o parlamentarismo, tido como quase impossível no presidencialismo. Mas havia de fato descrença quanto à aprovação do *impeachment*? Os dados indicam o oposto: no início de setembro, como mostra o **Gráfico I**, abaixo, a maioria absoluta da população brasileira inclinava-se para o parlamentarismo (54%), ao mesmo tempo em que acreditava na aprovação do afastamento de Collor da Presidência pelo Congresso (61%).

Cruzando-se essas variáveis, a contra-evidência aumenta: assim como a crença na aprovação do *im-*

*peachment* era maior entre parlamentaristas do que entre presidencialistas (68% a 57%), também a opção pelo parlamentarismo era maior entre os que apostavam no *impeachment* do que entre os que acreditavam que ele não passaria (59% a 50%). Ao menos para a maioria dos parlamentaristas, portanto, o sucesso do *impeachment* não foi, nesse sentido, algo inesperado que os levasse a rever sua posição, em muitos casos há pouco tempo assumida.

### Desempenho do governo

O que então, explicaria a queda da preferência pelo parlamentarismo após o afastamento de Collor? A sobreposição das curvas de evolução da preferência e intenção de voto no sistema de governo e das avaliações ou aferições de popularidade dos governos federais ilumina de forma contundente a questão. Entre setembro de 1991 e setembro de 1992, ao crescimento da preferência nacional pelo parlamentarismo, de 46% para 54%, correspondeu o aumento da rejeição ao governo Collor, de 41% para 68% (taxas de "ruim/péssimo"), sobretudo entre fevereiro e setembro de 1992 – período em que a rejeição cresce 20 pontos percentuais. No mesmo intervalo, setembro a setembro, a opção pelo presidencialismo caiu de 34% para 28%, enquanto a aprovação ao governo (taxas de "ótimo/bom") despencava de 18% para 9% (**Gráfico I**).

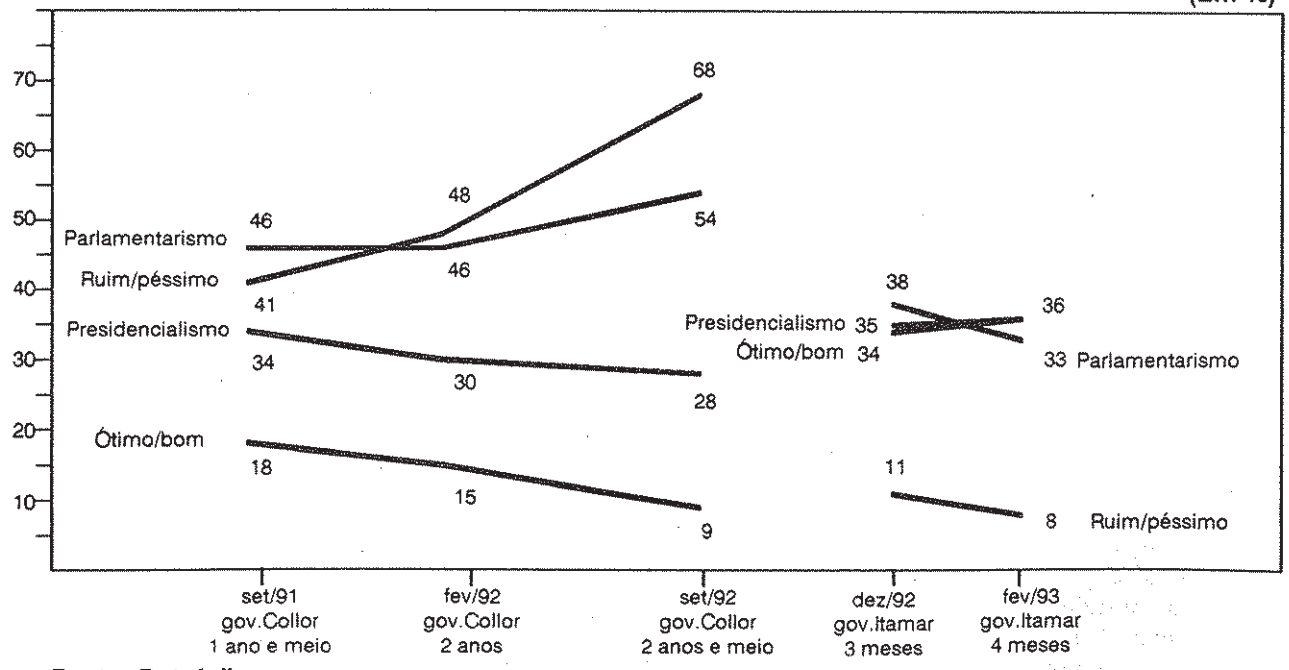
Collor é afastado em 29 de setembro, e dois meses e meio depois, ainda sob a interinidade, o governo Itamar seria majoritariamente avaliado como "regular" (45%), em âmbito nacional, obtendo 34% de aprovação e 11% de rejeição. Completados quatro meses de governo, já confirmado no cargo de presidente, Itamar (e equipe) recebe avaliação ligeiramente mais favorável, com 36% de aprovação e apenas 8% de rejeição. No mesmo período, a intenção de voto no presidencialismo oscila positivamente um ponto (de 35% a 36%), enquanto o parlamentarismo perde cinco pontos (de 38% para 33%).

Mas nem sempre a correlação entre o desempenho do governo federal e as tendências em relação a um ou outro sistema de governo foi assim tão clara e direta. Em janeiro de 1988, quando os dois sistemas dividiam equilibradamente a opinião pública em dez capitais, os Planos Cruzados I e II já haviam naufragado e o país estava às portas da hiperinflação – conjuntura que jogou para índices baixíssimos a popularidade do então presidente Sarney, sem que a opção presidencialista apresentasse, ainda, um descrédito crescente, ou inversamente, sem que ainda o parlamentarismo aparecesse, de modo crescente, como uma alternativa.

Ocorre que enquanto Sarney representava o

**Gráfico I**
**Sistema preferido e avaliação de governo**
**Brasil**
**set/91-fev/93**

(Em %)




**Fonte: Datafolha**

último presidente da transição para a democracia, eleito indiretamente e além disso como vice, já Collor – e com ele Itamar – foi empossado pelo exercício do tão esperado voto direto, tornando indissociável a decepção com seu desempenho da decepção com o sistema de governo que, para lamento dos presidencialistas, objetivamente ele personalizou. O descrédito do governo Collor transcendeu a pessoa do presidente, atingindo o presidencialismo como instituição.

### Nível de compreensão

Nesse sentido, ainda que muitas vezes a defesa do parlamentarismo exacerbe suas potenciais virtudes para a superação das crises que o país tem atravessado, gerando expectativas irreais, o crescimento de seu prestígio durante o governo Collor expressou antes posições fundamentadas na experiência histórica do que simplesmente uma ingenuidade popular de segmentos desinformados. A reforçar essa tese, o resultado das preferências por um ou outro sistema de governo, cruzado com o grau de escolaridade dos entrevistados e com o nível de compreensão do assunto, indica que, em meio ao processo de elaboração da Constituiçãoe (1987-88), os que possuíam maior grau de informação sobre os sistemas pendiam para o presidencialismo – tendência que apareceria nitidamente invertida após o primeiro ano do governo Collor.

O levantamento de janeiro de 1988, em dez capitais, apontou maior preferência pelo sistema presidencialista (53% a 38%) entre a minoria que distinguia corretamente um sistema do outro, e leve vantagem para o parlamentarismo (39% a 36%) entre a maioria que não sabia, ainda que parcialmente, definir diferença entre os sistemas. Pouco mais de três anos depois, em abril de 1991, ainda em dez capitais, a situação era oposta: apesar de majoritária em todos os segmentos, a preferência pelo parlamentarismo já era bem mais acentuada entre os que diferenciavam ambos os sistemas (62% a 29%) do que entre os que não sabiam fazê-lo (49% a 38%). Mesmo hoje, decrescente sob o governo Itamar, a opção pelo parlamentarismo cresce tanto maior é a compreensão do assunto: no âmbito nacional, entre os que distinguem os sistemas, atinge 58% (contra 37% para a opção presidencialista), enquanto perde por 31% a 35%, entre os que não distinguem.

Isso significa que da Assembléia Constituinte em diante, a opção parlamentarista se viu fortalecida com o desenvolvimento da discussão, nesse período, sobre os prós e contras de um e outro sistema. Assim, seria de se supor que o iminente aprofundamento do debate, decorrente de sua veiculação obrigatória em adeias de rádio e TV, pudesse favorecer o parlamentarismo. No entanto, o leve declínio em sua intenção de voto (38% para 33%), observado de dezembro de 1992 para cá – justamente quando a discussão passou a se intensificar, com o lançamento da Frente Parlamentarista e outras ações –, indica que a questão não é tão simples. De fato, não foi o presidencialismo que cresceu, mas a taxa de indecisos.

A possibilidade de o parlamentarismo ser aprovado no plebiscito, sem maiores definições quanto ao modelo a ser adotado e sem a garantia de que reformas consideradas básicas para o seu adequado funcionamento possam ser aprovadas na Assembléia Revisional – que se instalará no Congresso Nacional em outubro de 1993 –, tem dado munição a seus opositores, levando parcela de seus adeptos a questionarem sua oportunidade.

### Três fatores

Concluindo, parece ser a conjunção de três fatores que determinará o resultado do plebiscito. O primeiro diz respeito ao desempenho da equipe de Itamar. Estando a avaliação popular do governo, como vimos, tão colada à opção pelo sistema, um possível aumento da inflação e retomada da recessão viria prejudicar outra vez a escolha do presidencialismo. Ao contrário, não havendo maior deterioração das já precárias condições de vida da maioria, é de se supor que o estilo populista de Itamar continue lhe rendendo popularidade, evitando novo desgaste da opção presidencialista.

O segundo fator relaciona-se à capacidade das lideranças, frentes e partidos envolvidos de conquistarem, a partir de suas campanhas nos meios de comunicação, o interesse do eleitorado para o debate em si, antes mesmo do que para suas próprias teses. O levantamento nacional de fevereiro de 1993 registrou 43% do eleitorado com apenas "um pouco" de interesse na questão, e outros 26% sem interesse nenhum. Nos cinco anos que separam janeiro de 1988 e dezembro de 1992, a taxa dos que sabem distinguir ambos os sistemas subiu, em dez capitais, de 14% para 34%, enquanto a dos que não têm noção sobre o assunto caiu de 71% para 49%. Mas no país, em dezembro de 1992, 62% continuavam desinformados sobre o que distingue um sistema do outro, e o levantamento de fevereiro de 1993 apontou média de 29% de indecisos na intenção de voto – taxa que atinge 40% entre os eleitores do interior com até o primeiro grau de escolaridade. Bastam esses números, sendo obrigatório o voto no plebiscito, para que seu resultado seja imprevisível.

O terceiro fator, ainda relacionado à campanha

política, diz respeito à capacidade de articulação política – a superação das divergências entre lideranças de ambas as frentes –, como precondição para uma exposição convincente dos sistemas propostos. Aos parlamentaristas, em particular, coloca-se, por um lado, o desafio de conseguirem tranqüilizar seus simpatizantes quanto à sustentação política necessária para o avanço das reformas institucionais exigidas pelo sistema, a serem decididas na Assembléia Revisional; por outro, o de darem um conteúdo consensual mínimo ao parlamentarismo proposto. A variação das tendências da opinião pública diante de simples formulações diferentes da questão, exposta na série aqui apresentada, indica que o modelo de parlamentarismo em questão tem forte influência sobre o grau de atração do sistema.

*Diferentes estratégias de pesquisa*

# Metodologia e escolha popular

**Plinio Dentzien***

A um mês do plebiscito sobre regime e sistema de governo, os brasileiros oferecem imagens contrastantes sobre as duas questões. Sobre o *regime*, parece clara a maioria republicana em todas as pesquisas consideradas neste artigo – **IBOPE**, **Gallup** e **Datafolha** – ao longo do tempo e em todas as regiões e estratos sócio-econômicos (**Tabelas 2.1** a **2.5** e **Gráficos 2.1** e **2.2**, pp. 23-25)

Poucos entrevistados, no entanto, são capazes de definir em termos adequados as alternativas República e Monarquia quando explicitamente instados a isso (**Tabelas 5.1** e **5.3**, pp. 35 e 36), o que provavelmente indica a baixa relevância da questão. Isso não é surpreendente, uma vez que a mudança de regime não faz parte da agenda política do país e foi incluída no plebiscito para honrar um compromisso histórico da época da proclamação da República e num contexto específico de votação durante a Constituinte. Essa idéia de que a decisão sobre o regime não é importante para a maioria dos eleitores é, por sinal, reforçada pelo grau relativamente baixo de indecisão, isto é, daqueles que declararam não ter opinião formada ou simplesmente deixaram de responder à pergunta. Quando uma questão é importante, a falta de clareza sobre seu significado tende a refletir-se em altos níveis de indecisão.

Região do país e estrato sócio-econômico afetam a preferência por regime de governo, mas em nenhuma região ou estrato o apoio à Monarquia chegou a atingir, em todas as pesquisas, um quinto dos entrevistados (**Tabelas 2.3 e 2.4**, p. 24). Tudo indica que o país continuará a ser uma República.

### Sistema de governo

A opção pelo *sistema de governo* apresenta um quadro muito mais complexo que, neste momento, não permite nenhuma projeção segura. A decisão final vai depender das campanhas presidencialista e parlamentarista, principalmente a partir de sua veiculação pela televisão.

O processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor parece ter tido alguma influência sobre a opção dos brasileiros quanto ao sistema de

* Departamento de Sociologia, IFCH-UNICAMP.

governo: nas pesquisas dos três institutos que consideramos, a preferência pelo parlamentarismo começa a apresentar uma inflexão ascendente a partir de algum momento próximo a maio de 1992. É nesse momento que o parlamentarismo ultrapassa o presidencialismo na preferência popular segundo as pesquisas do **Gallup** e do **IBOPE** (**Gráfico 3.1** e **Tabela 3.2**, pp. 26-27). Passado o *impeachment*, os dados do **Datafolha** – único dos três institutos que fez pesquisa em dezembro de 1992 e fevereiro de 1993 – mostram uma inversão da tendência anterior (**Tabelas 3.1** a **3.7** e **Gráfico 4.1**, pp. 26-28 e 29).

Na falta de dados específicos, não é possível argumentar causalmente sobre a hipótese acima. Trata-se antes de uma interpretação plausível, que se baseia na coincidência entre crescimento da preferência pelo parlamentarismo e o debate nacional sobre o *impeachment* e que lança mão de informações sobre o aumento do prestígio do Congresso Nacional e da correspondente desconfiança quanto aos poderes enfeixados nas mãos do presidente da República.

Região e posição social do entrevistado afetam ligeiramente a escolha, sempre no mesmo sentido. O presidencialismo tem mais apoio nas regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste e o parlamentarismo, no Sul e Sudeste; o parlamentarismo também cresce com o aumento no nível de escolaridade. O grau de desinformação e/ou indecisão é maior no Nordeste e Norte/Centro-Oeste e também entre pessoas com menos escolaridade (**Tabelas 3.3** a **3.7** e **4.4** a **4.6**, pp. 27-28 e 32-34).

## Plebiscito

As diferentes estratégias de pesquisa dos três institutos são responsáveis pelas diferenças nos perfis temporais que aparecem na **Tabela 3.2** e nos **Gráficos 3.1** e **4.1** (pp. 26, 27 e 29). Essas diferenças requerem uma discussão metodológica. Elas também apontam para um problema político substantivo derivado da opção dos constituintes de 1988 pela figura jurídico-política do plebiscito.

Inúmeros políticos e analistas políticos têm reclamado, não sem certa razão, da falta de uma definição prévia da opção parlamentarista sobre a qual o eleitorado terá que se manifestar em 21 de abril. Prefeririam que houvesse uma definição clara e precisa: parlamentarismo puro ou misto; com eleição direta ou indireta do presidente da República; presidente com mais ou menos poderes; condições do voto de desconfiança e da dissolução do Parlamento; sistema eleitoral proporcional ou majoritário-distrital; sistema partidário mais ou menos restritivo, e assim por diante. Essa discussão é extemporânea, pois a indefinição deriva da natureza mesma do plebiscito: o legislador propõe e o povo escolhe genericamente; só então, num segundo momento, o legislador define a forma específica do sistema, no que tem sido caracterizado, principalmente pelos defensores do presidencialismo, como a emissão de um cheque em branco em favor do atual Congresso. O processo contrário corresponderia à forma jurídico-política do referendo, que, por sinal, em caso de vitória do parlamentarismo no plebiscito, poderá vir a ser utilizado.

A questão pode ser melhor elaborada a partir de uma discussão mais detalhada das estratégias de pesquisa dos três institutos considerados.

## Metodologia

Em suas primeiras pesquisas sobre o sistema de governo, e na suposição de que os brasileiros não estivessem ainda suficientemente familiarizados com as alternativas, tanto o **IBOPE** quanto o **Datafolha** (o primeiro até novembro de 1992 e o outro até julho de 1992) decidiram prefaciar a pergunta direta que pedia a opção do entrevistado entre presidencialismo e parlamentarismo com uma definição das alternativas. O Instituto **Gallup** só utilizou recurso semelhante para os entrevistados que, na pergunta direta, se declararam indecisos. O fato de que o **Gallup** tenha obtido opções a partir da introdução das definições de alternativas mostra o quanto aquela suposição estava correta.

Como se pode ver nas perguntas que antecedem o **Gráfico 4.1** e as **Tabelas 4.1** e **4.2** (pp. 29 e 31), essas definições – todas aceitáveis – são diferentes em mais de um sentido relevante. O **IBOPE** e o **Gallup** adotaram um contraste entre presidencialismo e parlamentarismo puro, enquanto o **Datafolha** preferiu opor o presidencialismo a um modelo misto de parlamentarismo, mais próximo do francês. No caso do **IBOPE**, o presidencialismo é definido pela eleição direta e a figura do presidente não é sequer mencionada na definição do parlamentarismo, sistema em que "a maioria absoluta do Congresso, que é eleito pelo povo, escolhe um primeiro-ministro". O **Gallup** apenas refere o governo do presidente no presidencialismo, sem mencionar a eleição direta, e a escolha do primeiro-ministro pelos "deputados e senadores" no parlamentarismo e também não menciona a figura do presidente. Já o **Datafolha** prefere definir o presidente como único chefe do governo no presidencialismo e formula a alternativa parlamentarista como aquela em que o "presidente divide a chefia do governo com um primeiro-ministro".

O que o parágrafo anterior mostra é que não se tratou, nessas pesquisas, da mesma questão e que, portanto, as variações nos dados são legítimas, além de compreensíveis. Ao incluir a eleição direta do

presidente na definição do presidencialismo, deixando de mencioná-lo no parlamentarismo, o **IBOPE** abriu a possibilidade para o entendimento de que o parlamentarismo implicaria o fim da eleição direta do presidente. Isso é perfeitamente razoável enquanto definição abstrata do sistema de governo, mas pode colidir com a forte preferência dos brasileiros pela eleição direta do presidente da República, o que pode ter levado muitos entrevistados a rejeitarem o parlamentarismo. Essa interpretação é perfeitamente compatível com os resultados relativamente mais "presidencialistas" das pesquisas do **IBOPE**, pelo menos até a pesquisa de outubro de 1992 (**Tabela 3.2**, p. 27).

No outro extremo, a opção do **Datafolha** por um modelo de parlamentarismo misto, igualmente razoável enquanto definição abstrata, pode ter diminuído a distância percebida pelos entrevistados entre o sistema presidencial e o parlamentar, na medida em que, neste último, presidente e primeiro-ministro dividiriam a chefia do governo — e isso pode ter levado eleitores que teriam declarado não ter opinião formada se entrevistados pelos outros institutos, a inclinar-se pelo parlamentarismo. Essa interpretação é também compatível com o relativo "parlamentarismo" das pesquisas do **Datafolha** até julho de 1992. E ela é ainda reforçada pela sensível queda no apoio ao parlamentarismo apontada pelo mesmo **Datafolha** entre as pesquisas de julho e de zembro de 1992: a pergunta-prefácio deixou de ser utilizada em dezembro, quando o instituto provavelmente passou a considerar que a questão já era suficientemente conhecida. Essa leitura ainda explica o menor número de indecisos nas pesquisas do **Datafolha** anteriores a dezembro de 1992 e seu crescimento nesse mês e em fevereiro de 1993 (**Gráfico 4.1**, p. 29).

A posição intermediária dos resultados das pesquisas do **Gallup** é compatível com sua definição das alternativas que, se não menciona a figura do presidente no parlamentarismo, também não se refere à sua eleição direta no presidencialismo.

O que essa discussão mostra é que, assim como o conjunto dos cidadãos, os institutos de pesquisa de opinião também andaram às cegas, por falta daquela definição prévia. Se essa análise metodológica for correta, estão explicadas as principais diferenças entre os resultados das pesquisas dos três institutos que consideramos. Mas essa análise sobretudo sugere que a alternativa parlamentarismo misto é a que, no momento, parece reunir as preferências da maioria dos brasileiros que já tomaram partido na questão do sistema de governo.

## Escolha popular

O fato de que a preferência pelo parlamentarismo tenha diminuído sensivelmente (16 pontos percentuais) quando o **Datafolha** retirou a definição-prefácio sugere, porém, que o termo parlamentarismo não evoca a imagem do modelo francês (de resto praticamente desconhecido do grande público) nem a da cooperação entre chefe de Estado e chefe de governo.

A eleição direta do presidente da República parece constituir o cerne da questão — o que não é surpreendente, uma vez que a luta pelas diretas representou o ponto culminante da luta pela redemocratização do país.

Os dois "partidos" parecem ter percebido isso, pois suas campanhas estão centradas na disputa pela "eleição direta". Isso ficou claro desde a primeira série de filmes de propaganda exibidos na televisão durante o carnaval. Os presidencialistas reivindicam o patrocínio exclusivo da luta pelas "diretas-já" e conclamam o povo a repelir "o golpe do parlamentarismo", enquanto seus adversários cuidadosamente só falam em "parlamentarismo com eleição direta do presidente". Até mesmo os monarquistas encontraram um modo de incorporar a bandeira das "diretas" à sua campanha no simpático apelo, ainda que ambíguo, "vote no rei".

É importante que os termos do debate e os dados das pesquisas aqui discutidas sejam levados em consideração na hora, após o plebiscito, de definição do sistema de governo, principalmente em caso de vitória do parlamentarismo, de modo que o "cheque em branco" possa vir a ser endossado pelo conjunto dos cidadãos.

*Grau de conhecimento no plebiscito*

# Informação e esfera política

**Rachel Meneguello***

O debate público sobre o plebiscito para escolha de regime e forma de governo tem apontado para certa unanimidade no que respeita ao quadro institucional que recobre as mudanças políticas. São muitas as afirmações que destacam a necessidade de iniciativas institucionais prévias à escolha, bem como os esforços para o seu esclarecimento à grande massa de eleitores. Afinal, trata-se de um momento ímpar de mudança política-institucional que atravessa o campo da representação e da organização política, as bases do funcionamento democrático e da governabilidade desejada.

A preocupação com a informação e o conhecimento ampliado da população sobre esses processos decorre em parte da forma pela qual essas mudanças se estabelecerão. Para os vários países em que ocorreram mudanças de sistemas de governo, estas se deram na forma de *referendum*, onde medidas previamente discutidas e acordadas são postas para aprovação ou não pela população. Singularmente, no Brasil, as mudanças estão se dando sob a forma de plebiscito, o que significa, entre as várias dificuldades mencionáveis, uma dose maior de debate entre os muitos setores sociais, a devida concatenação de estratégias entre os setores da elite política e parlamentar, a avaliação das conseqüências para a organização e gerenciamento do Estado brasileiro em direção à governabilidade e, sobretudo, o esforço multiplicado para que o conhecimento de tais processos se defina como ferramenta efetiva de escolha para a população.

As opções sobre regime e sistema de governo que estão se colocando demandam o maior conhecimento sobre alguns aspectos institucionais importantes. Esses aspectos vão desde as diferenças básicas entre a Monarquia e a República até as adequações de cada regime com sistemas de governo diferentes, parlamentarismo e presidencialismo, embutidas as diferenças fundamentais entre ambos. Ao lado disso, trata-se de repensar o quadro institucional de representação do país, pois nele é que se espera fazer gerar uma nova dinâmica de organização e participação política democrática ampla. Destacam-se aqui a definição do sistema

* Departamento de Ciência Política, IFCH-UNICAMP.
Coordenadora do **CESOP**.

eleitoral e das bases de representação, o número de partidos, as regras de representação partidária no Congresso, eleição ou indicação do presidente da República – enfim, um conjunto de informações que requer clareza, detalhamento, tempo e instrumentalização para que se possa fazer chegar a 100 milhões de eleitores. Assim, a complexidade das transformações institucionais envolvidas torna singular a importância do grau de conhecimento e da consistência do universo de valores políticos que permeia as opiniões dos indivíduos em relação ao sistema político brasileiro. Afinal, se não é de se supor que esses conceitos e informações sejam absorvidos pela maior parte da população, é a preocupação com a possível fragilidade das mudanças o tom que vem colorindo o debate responsável sobre os procedimentos adotados para o plebiscito.

Uma das contribuições para esse debate é, portanto, a avaliação do grau de conhecimento sobre as opções postas para escolha, e do grau de consistência e estruturação de idéias e valores que permeiam o universo político dos brasileiros.

### Grau de conhecimento

Estudos de âmbito internacional indicam que o distanciamento de boa parte do eleitorado com relação à arena política e aos processos que ali se definem ocorre mesmo em sociedades consideradas de tradição democrática. De fato, os níveis de participação política – avaliados, por exemplo, pelo interesse por política ou pela identificação com instituições representativas – não permitem supor forte identidade com a esfera dos fenômenos políticos.[1]

Essa é também a tendência observada no Brasil ao longo do período eleitoral mais recente. Alguns trabalhos indicam que, efetivamente, o pouco interesse pela política, a frágil identidade com instituições representativas e o distanciamento dos fenômenos políticos são parâmetros que definem majoritariamente as formas de inserção dos indivíduos na esfera pública e o grau de participação na arena política. As análises de dados de pesquisas acadêmicas por amostragem, realizadas nos principais centros urbanos do país desde a década de 1970, permitem sugerir que, para grande parte do eleitorado, o universo político não habita seu cotidiano e que seu pouco envolvimento e informação leva tendencialmente a definir opiniões condensadas sobre alternativas e processos políticos.[2]

Os dados da **Tabela 6.3** (p. 41) contribuem para ilustrar essa afirmativa. Em pesquisa realizada em 1987 pelo **IBOPE**, com o objetivo de avaliar os temas destacados pela população brasileira para tratamento na nova Constituição, as indicações referentes ao sistema de governo e sistema eleitoral não ultrapassavam 5% no período estudado. Esse distanciamento revelado em plena conjuntura de debate político amplo em todo o país – a elaboração da nova Constituição – se traduz também através dos dados de conhecimento sobre os sistemas de governo no mesmo ano, quando 75% ou mais dos entrevistados declararam não saber definir presidencialismo ou parlamentarismo (**Tabela 5.1**, p. 35).

É necessário destacar que essa parece ser uma tendência que se mantém ao longo dos quase cinco anos que separam a Assembléia Constituinte e o plebiscito de abril. Apesar das diferenças de números, os percentuais expressos nas pesquisas do **IBOPE** e **Datafolha** (**Tabelas 5.1 e 5.2**, p. 35) traduzem ainda a existência de um contingente considerável de eleitores que desconhecem as características básicas das alternativas entre as quais deverão optar muito proximamente. Analisando mais detidamente as respostas às perguntas sobre as características diferenciadoras dos dois sistemas de governo (**Tabela 5.4**, p. 36), observa-se que para os 28% que definiram o parlamentarismo e para os 30% que definiram o presidencialismo está colocada de forma satisfatória que a distinção básica reside no quadro de relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Contudo, apenas 26% do total dos entrevistados souberam distinguir corretamente os dois sistemas de governo (**Tabela 5.2**, p. 35).

Com relação ao grau de conhecimento sobre os regimes de governo, a tendência parece ser a mesma: para o **IBOPE**, segundo pesquisa em janeiro de 1993, foram observados os percentuais bastante significativos de 83% e 93% para os entrevistados que *não souberam* responder sobre as diferenças entre, respectivamente, Monarquia e República (**Tabela 5.1**, p. 35). Para o **Datafolha**, em pesquisa de fevereiro de 1993, foram observados aproximadamente 70% do total de entrevistados que não souberam distinguir ou tinham noções erradas sobre as duas alternativas. Na análise das respostas espontâneas sobre a definição dos regimes, destaca-se a definição objetiva da existência do rei na Monarquia, mas representando apenas 13% das respostas (**Tabela 5.5**, p. 37).

Surpreende verificar que a prática republicana e o estilo centralizador, populista ou carismático de lideranças, que marcaram boa parte de nossa história política, não parecem ter criado um quadro simbólico firme no imaginário dos indivíduos, capaz de ajudar a localizar as principais relações de poder no país.[3] Para a Monarquia, essa tarefa parece mais fácil, levando-se em conta que o poder é natural e institucionalmente personalizado.

Essa fragilidade que caracteriza as noções do eleitorado brasileiro sobre regimes e sistemas de governo se estende para o universo mais amplo de conceitos e opiniões que circunda esses temas.

**Valores e concepções políticas**

A análise individual das várias pesquisas apresentadas permite a avaliação mais detalhada de atitudes e opiniões dos entrevistados com relação às tendências políticas observadas. Os dados da pesquisa **IDESP/Datafolha** realizada entre julho e agosto de 1991, possibilitam a avaliação do grau de conhecimento e de encadeamento de conceitos com relação ao universo político que permeia as idéias sobre sistemas de governo.

A pequena diferença entre as preferências pelo parlamentarismo e presidencialismo (respectivamente, 32% e 36%) não é acompanhada pelos dados de opinião sobre o papel das instituições e da arena de representação política. O baixo grau de identificação partidária, a boa aceitação da diminuição do número de partidos com representação no Congresso e a possibilidade de controle efetivo do mandato parlamentar são indicativos de uma posição pouco positiva com relação ao desempenho do Congresso Nacional e às instituições representativas (**Gráficos 6.1**, **6.4** e **6.5**, pp. 38-39).

Faz parte ainda desse conjunto a avaliação dada ao partido como aspecto a ser considerado na escolha do presidente da República, separada por 30 pontos percentuais do aspecto favorável à "pessoa do candidato" (**Gráfico 6.6**, p. 39).

Já foi apontado acima que essa visão negativa da política é em boa parte fruto da posição distanciada dos indivíduos com relação à arena dos processos políticos.[4] Contudo, certa desarticulação de opiniões chama a atenção: ao mesmo tempo em que se avalia negativamente o funcionamento institucional, é bem maior a confiança depositada pelos eleitores no Congresso do que no presidente da República – também separada por 20 pontos percentuais (**Gráfico 6.2**, p. 38). Vale destacar que, à época da pesquisa, a Presidência da República ainda não sofria a crise que a afetaria alguns meses depois.

Em linhas gerais, os dados de relativo equilíbrio entre as preferências por sistemas de governo não traduzem as diferenças de opinião no campo da dinâmica institucional e de organização de interesses. Pode-se afirmar, no entanto, que as opiniões analisadas revelam certa estruturação de idéias e valores sobre o universo institucional geral.

Essa mesma lógica pode ser observada nos dados produzidos pelo **IBOPE** ao longo do período entre abril de 1991 e abril de 1992. Nessa série de pesquisas, os dados da **Tabela 4.1** (p. 31) e **Tabelas 6.1** e **6.2** (p. 40) apresentam uma mesma tendência: ao longo do período, é decrescente a preferência pelo presidencialismo, bem como a de opinião favorável a que as iniciativas de resolução para os problemas do país pertençam ao presidente. Da mesma forma, a preferência pelo parlamentarismo e o apoio ao papel efetivo do Congresso apresentam, ambas, variações muito pequenas no período.

**Papel da mídia**

A análise global desses dados permite sugerir que nas várias pesquisas abordadas, é possível observar certa coerência de comportamentos e atitudes nas populações entrevistadas com relação ao mundo político institucional mais geral. Contudo, esse dado vem acompanhado do deficiente grau de conhecimento com relação ao plebiscito e às implicações institucionais de cada escolha. Nesse sentido, a campanha de esclarecimento desenvolvida pelas três frentes políticas – Presidencialista, Parlamentarista e Monarquista – parece ser elemento fundamental na orientação do voto.

Iniciada a 60 dias da realização do plebiscito, a campanha veiculada pelos meios de comunicação de massa conta com um componente essencial para o sucesso do processo plebiscitário: a dimensão do público atingido pelo rádio e televisão. Atingindo, respectivamente, mais de 65% e mais de 75% dos domicílios brasileiros, a televisão e o rádio serão os vetores básicos da informação para o voto, podendo, até mesmo, redimensionar a participação do eleitorado nesse debate.

É verdade que, se de um lado o papel da mídia na arena política é apontado como essencial na definição de impactos atitudinais sobre os indivíduos – a maior participação, por exemplo –, de outro lado é também conhecido seu efeito negativo sobre o conteúdo e substância das propostas veiculadas. A título de exemplo, as campanhas partidárias e eleitorais veiculadas pela televisão a partir de 1985, com a mudança da regulamentação da propaganda, demonstraram que o ganho do apelo visual teve como contrapartida a perda de conteúdo das propostas.[5] Assim, é de se supor que o grande número de informações veiculadas possa contribuir para elevar o grau de informação sobre as opções, mas dificilmente na profundidade necessária, pois a superficialidade é parte da natureza desses veículos de comunicação.

Ao lado dessa limitação intrínseca, cabe a preocupação com o conteúdo próprio das propostas elaboradas pelos sujeitos políticos. De fato, para o plebiscito de abril, os três slogans de campanha e os primeiros quadros de propaganda veiculados pelas frentes já permitem afirmar a debilidade com que

serão tratadas as opções: "parlamentarismo neles", "diretas-sempre" e "vote no rei", são as marcas de uma campanha que apenas se justifica, respectivamente, no combate à corrupção, nos anos de luta pela conquista das eleições diretas e na comparação com países europeus de tradição monárquica, sem no entanto, apresentar grau maior de informação sobre as alternativas de escolha.

Não cabe dúvida, contudo, quanto ao melhor tipo de veículo para difusão das informações: a dimensão geográfica e populacional do Brasil aponta apenas para a solução do rádio e TV como meios de amplo alcance. A preocupação com o grau de conhecimento da população sobre processos políticos reside nas regras de definição de tais processos e, nesse sentido, tempo e forma de consulta já estão há muito colocados, esperando o desempenho apropriado de cada frente política.

---

Notas

1. Cf. Campbell, Angus et alii. *The American Voter*. New York: John Wiley & Sons, 1960;
Daalder, Hans. The Comparative Study of European Parties and Party Systems: an overview. In: Daalder & Mair (org.). *Western European Party Systems: Continuity and Change*, London: Sage, 1983; e
Caciagli, Mario e Spreafico, Alberto (org.). *Un Sistema Politico alla Prova: studi sulle elezioni politiche italiane de 1972*. Bolonha: Il Mulino, 1975.

2. Cf. dados das pesquisas eleitorais e políticas realizadas pelo **IDESP** entre 1982 e 1991, in: *Coleção Textos IDESP*.
Também cf. Lamounier, Bolivar. Comportamento Eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: Lamounier, Bolivar e Cardoso, Fernando H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975;
Lamounier, Bolivar. *Voto de Desconfiança. Eleições e Mudanças Políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; e
Meneguello, Rachel. *PT: A Formação de um Partido. 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

3. Cf. Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

4. Cf. especificamente Sani, Giacomo. L'immagine dei partiti nell'elettorato. In: Caciagli e Spreafico, op. cit.

5. Cf., por exemplo, Signorielli, Nancy. Political correlates of television viewing. *Public Opinion Quarterly*, 59 (1984); e Graber, Doris. Press and TV as opinion resouces in presidential elections. *Public Opinion Quarterly*, 40 (1976).

Para o caso brasileiro, cf., por exemplo, Lamounier, Bolivar (org.). *1985. As Eleições de São Paulo*. Col. História Eleitoral 1, IDESP, 1986; e
Sadek, Maria Teresa. *As Eleições em 1986*. Col. História Eleitoral 2. São Paulo: Vértice, 1989.